



**UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA**

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO RESIDENCIAL NOVA CAIÇARA.

(Full-Time Comprehensive Education as a Public Policy to Combat Crime: A Case Study at Residencial Nova Caiçara)

Dissertação de Mestrado

2º Ciclo de estudo em Criminologia

Marlene Elias Leite

Orientadora:

Doutora Debora Simões Pereira

Outubro/2024



Universidade
Fernando
Pessoa

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO RESIDENCIAL NOVA CAIÇARA.

(Full-Time Comprehensive Education as a Public Policy to Combat Crime: A Case Study at Residencial Nova Caiçara)

Dissertação de Mestrado

2º Ciclo de estudos em Criminologia

Marlene Elias Leite

Orientadora: Dra. Debora Simões Pereira

Outubro/2024

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia; ao meu pai José Leite (*in memoriam*) e a minha mãe Maria Elias (Bembem) com todo o meu amor e gratidão e ao meu esposo Eder Guerra que sempre foi o maior incentivador dos meus projetos e sempre acreditou em meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos os meus anos de estudos e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho;

A professora Debora Simões, por ter aceito o convite para ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade;

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso;

À Universidade Fernando Pessoa-UEP, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso;

A prefeitura municipal de Sobral na pessoa do secretário de educação professor Herbert Lima por permitir a aplicação da pesquisa nas escolas municipais.

Ao diretor da secretaria de educação do Ceará-CREDE 06 na pessoa do professor Daniel Costa por permitir a aplicação da pesquisa na EEEP Professora Lysia Pimentel Gomes

Aos diretores, professores e coordenadores das escolas ETI Edgar Linhares, ETI Leonel Brizola e EEEP Professora Lysia Pimentel Gomes, que permitiram a aplicação da pesquisa com os alunos.

A todos os moradores do Residencial Nova Caiçara que aceitaram participar da pesquisa;

Aos meus colegas de curso, os quais convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando;

Ao meu pai (*in memoriam*) e minha mãe, que sempre me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava a vida acadêmica;

Ao meu esposo Eder Guerra, por todo o incentivo financeiro e educacional que sempre me prestou, sem ele esse mestrado não teria sido possível, seu amor e dedicação a mim foram fundamentais para a realização deste sonho.

Aos meus irmãos(ãs) e sobrinhos(as) por todos os momentos de amor que nos envolve;

A todos aqueles que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

*"Teu dever é lutar pelo direito; porém,
quando encontrares o direito em
conflito com a justiça, luta pela
justiça."*

(Eduardo Couture)

RESUMO

Este trabalho de dissertação investiga a "Educação Integral em Tempo Integral como Política Pública de Enfrentamento da Criminalidade", com foco em três escolas localizadas no entorno do Residencial Nova Caiçara, em Sobral, CE. A pesquisa abrange duas escolas da rede municipal e uma da rede estadual, utilizando um estudo de caso. Para compreender as percepções sobre o impacto das práticas educativas na formação de cidadãos conscientes e ativos, foram coletados dados por meio de entrevistas com alunos, professores, gestores e membros da comunidade. Os resultados indicam que a educação integral, ao oferecer atividades diversificadas que incluem esporte, arte e acompanhamento psicossocial, contribui para o fortalecimento dos vínculos comunitários e a construção de um ambiente seguro para os jovens. Além disso, a pesquisa ressalta a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que se mostram fundamental para a promoção de comportamentos não violentos e para a redução da vulnerabilidade ao crime. Nesse contexto, conclui-se que a educação integral e em tempo integral não apenas proporciona alternativas positivas aos jovens, mas também desempenha um papel central na promoção da paz e na formação de uma sociedade mais justa. Recomenda-se, portanto, o fortalecimento e a ampliação das políticas públicas voltadas para a educação integral como forma de enfrentar os desafios da criminalidade no Residencial Nova Caiçara e em outras comunidades.

Palavras-chave: Educação Integral. Educação em Tempo Integral. Políticas Públicas. Criminalidade.

ABSTRACT

This dissertation investigates "Full-Time Comprehensive Education as a Public Policy for Combat Crime", focusing on three schools located around Residencial Nova Caiçara, in Sobral, CE. The research covers two schools in the municipal network and one in the state network, using a case study. To understand perceptions about the impact of educational practices on the formation of conscious and active citizens, data were collected through interviews with students, teachers, managers and community members. The results indicate that comprehensive education, by offering diverse activities that include sports, art and psychosocial support, contributes to strengthening community ties and building a safe environment for young people. Furthermore, the research highlights the importance of developing socio-emotional skills, which are fundamental for promoting non-violent behaviors and reducing vulnerability to crime. In this context, it is concluded that full-time, comprehensive education not only provides positive alternatives for young people, but also plays a central role in promoting peace and forming a more just society. It is therefore recommended that public policies aimed at integral education be strengthened and expanded as a way of facing the challenges of crime in Residencial Nova Caiçara and in other communities.

Keywords: Integral Education. Full-Time Education. Public Policies. Crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL	18
1.1 Educação como Direito Fundamental.....	18
2.2 Políticas Públicas.....	20
2.3 Políticas Públicas de Educação e as Circunstâncias que as envolvem....	22
2.4 A Implementação da Educação Integral como Política Pública: Desafios e Dilemas.....	24
3 EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA	31
3.1 Conceito.....	31
3.2 Diferença entre a Educação Integral e a Educação em Tempo Integral..	34
3.3 Educação Integral: Aprendizagem e Desenvolvimento Integral.....	36
3.4 Caracterização da Escola de Tempo Integral.....	38
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE À CRIMINALIDADE	42
4.1 Noções Básicas sobre Educação.....	43
4.2 A Problemática da Violência nas Escolas.....	44
4.3 Conceituações Elementares sobre Criminalidade.....	45
4.4 Educação e Crime: Mecanismos e Implicações.....	46
4.4.1 Mecanismos.....	46
4.4.2 Implicações.....	48
4.5 Meios de Combate à Violência: A Contribuição da Educação na Redução da Criminalidade.....	49
4.6 Educação, Caminho de Combater à Criminalidade.....	51
4.7 O Impacto da Educação Integral e em Tempo Integral na criminalidade.....	54
4.8 A Política Educacional no Contexto Cearense.....	56
4.8.1 Descrição do programa de educação integral adotado na cidade de Sobral – CE.....	60
5 PASSOS METODOLÓGICOS	66
5.1 Natureza da Pesquisa.....	66
5.2 Universo da Pesquisa.....	67

5.2.1 Características geográficas da localização das escolas pesquisadas.....	67
5.2.2 Características das escolas pesquisadas.....	68
5.4 Instrumentos da Pesquisa.....	71
5.5 Coleta dos Dados.....	71
5.6 Aspectos Éticos.....	72
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA.....	75
6.1 O Impacto da Educação Integral em Tempo Integral como Política Pública no Enfrentamento à Criminalidade no Residencial Nova Caiçara....	75
6.1.1 Percepção da comunidade das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimentel e Leonel Brizola sobre a educação integral em tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade no Residencial Nova Caiçara.....	75
6.1.2 Percepção dos profissionais de educação das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimentel e Leonel Brizola sobre a educação integral de tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade.....	85
6.1.3 Percepção dos alunos das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimentel e Leonel Brizola sobre a educação integral de tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade.....	92
CONCLUSÃO.....	101
REFERENCIAS.....	103
ANEXO A: Roteiro de Entrevistas para Profissionais da Educação.....	109
ANEXO B: Roteiro de Entrevistas para a Comunidade.....	110
ANEXO C: Roteiro de Entrevistas para os Discentes.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição dos alunos e séries nas três escolas pesquisadas.....	67
Quadro 2. Entendimento dos profissionais da educação pela definição de educação integral em tempo integral.....	85
Quadro 3. Percepção dos profissionais da educação a relação entre a educação e a criminalidade.....	86
Quadro 4. Programas ou iniciativas de educação integral implementados atualmente nas escolas pesquisadas.....	87
Quadro 5. Respostas dos alunos às iniciativas de educação integral em tempo integral.....	88
Quadro 6. Observação de mudanças positivas nos alunos em relação à sua percepção sobre a criminalidade.....	89
Quadro 7. Principais desafios enfrentados na implementação e sustentabilidade de programas de educação integral e tempo integral em torno do Residencial Nova Caiçara.....	90
Quadro 8. Expectativas em relação aos impactos da educação integral de tempo integral na comunidade a longo prazo no que diz respeito a redução da criminalidade.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	76
Gráfico 2. Género das pessoas pesquisadas a comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	76
Gráfico 3. Estado civil das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	77
Gráfico 4. Ocupação das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	77
Gráfico 5. Nivel de escolaridade das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	78
Gráfico 6. Renda familiar das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	79
Gráfico 7. Composição familiar das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	79
Gráfico 8. Condições de moradia das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	80
Gráfico 9. Condições de infraestrutura das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	80
Gráfico 10. Acesso a serviços básicos das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Participação em programas sociais ou de assistência governamental.....	81
Tabela 2. Experiências prévias com situações de violência ou criminalidade.....	82
Tabela 3. Percepção sobre a segurança no bairro de estudo.....	83
Tabela 4. Tempo que participa do programa de Educação Integral em Tempo Integral.....	92
Tabela 5. Atividades ou disciplinas você mais gosta de participar durante o programa.....	93
Tabela 6. Como a Educação Integral em tempo Integral influenciou em sua vida pessoal.....	94
Tabela 7. Você acredita que a Educação Integral em Tempo Integral tem algum impacto na redução da criminalidade em sua comunidade.....	95
Tabela 8. Quais factores contribuem para a criminalidade em sua comunidade..	97
Tabela 9. Como você acha que a Educação Integral em Tempo Integral pode ajudar a combater ou prevenir a criminalidade entre os jovens.....	98
Tabela 10. Você já presenciou ou teve experiências de conflitos ou situações de violência que foram resolvidas de forma positiva devido à sua participação na Educação Integral em Tempo Integral.....	99

LISTA DE SIGLAS

CCEAE	Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo do Estado do Ceará
CEI	Centro de Educação Infantil
CF	Constituição Federal
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
ETI	Escola de Tempo Integral
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Ensino
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBDN	Lei de Diretrizes e Base
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Programa Mais Educação
PPP	Programa Patrulha de Prevenção
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SPAECE	Sistema de Avaliação da Educação Permanente
SUPEC	Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade

INTRODUÇÃO

A Educação Integral pode desempenhar um importante papel como política pública no combate à criminalidade. Para Aranão (2008) a educação desempenha uma função fundamental no desenvolvimento da cidadania, uma vez que permite que os indivíduos se reconheçam como detentores de direitos e responsabilidades, compreendendo os mecanismos necessários para garantir sua plena participação na sociedade. A solução, ou pelo menos a amenização da crise de violência e criminalidade que assola o Brasil passa necessariamente pela adoção de políticas públicas capazes de fomentar e concretizar o respeito à dignidade humana e ao exercício da cidadania plena, pois somente assim o indivíduo ver-se-á motivado a respeitar as regras éticas do convívio social.

A importância econômica da atuação governamental na área da educação é evidente devido aos benefícios sociais proporcionados pela educação, bem como aos altos custos sociais associados ao crime (Becker e Kassouf, 2017). A educação tradicional, por sua impessoalidade, facilita a reprodução de uma existência inautêntica do ser-estudante que não compreende suas potencialidades.

De acordo com Cerqueira (2016), a atitude de rebeldia por parte do aluno é frequentemente interpretada como uma falta de conformidade, resultando na reprovação ou expulsão da criança considerada "desajustada", da escola. Como consequência, a escola, que tem o potencial de ser um elemento transformador fundamental na prevenção de crimes no Brasil, devido a um modelo educacional que não reconhece as diferenças individuais e sociais e falha em conquistar o engajamento emocional e intelectual das crianças e jovens.

Segundo Mira y López (1961), a ocorrência de crimes resulta da interação entre dois elementos fundamentais: o indivíduo que comete o crime e o contexto social em que ele está inserido. Há uma série de pesquisas que evidenciam a relação entre a vulnerabilidade social dos jovens latino-americanos e a violência (Waiselfisz, 2011). Além disso, esses estudos apontam os desafios enfrentados pelas políticas públicas que buscam combater essa vulnerabilidade (Abramovay et al, 2002).

Considerando o contexto social, Baccon (2023) enfatiza que a educação desempenha um papel fundamental não apenas na formação acadêmica do indivíduo, uma vez que, por ela que se obtém uma compreensão real do mundo, além de promover

o desenvolvimento de cidadãos críticos, pensadores autônomos e conscientização política, contribuindo para o avanço social.

Considerando o exposto, Popkewitz et al. (2009) dispõe que a maioria dos investimentos em medidas preventivas contra a criminalidade concentra-se não nos próprios criminosos, mas sim nos jovens que possuem potencial para se tornarem criminosos. A lógica por trás disso é bastante clara, é necessário resgatar crianças e jovens antes que ultrapassem a linha que os levam ao sistema quando atingirem a maioridade, cometem infrações penais, especialmente porque a prisão não fornece as ferramentas necessárias para sua reabilitação com a mesma eficácia com que oferece incentivos para o desenvolvimento de uma trajetória criminosa.

A escolha do tema para esta dissertação surgiu a partir da minha experiência prática em uma das escolas de Educação Integral em Tempo Integral (ETI) localizada no Residencial Nova Caiçara, onde tive a oportunidade de trabalhar na ETI Edgar Linhares. O contato direto com a realidade social e educacional dessa comunidade revelou um contexto complexo e desafiador, o qual motivou a investigação sobre o impacto da educação integral em tempo integral na vida dos estudantes e na dinâmica do bairro.

O Residencial Nova Caiçara, predominantemente formado por blocos de apartamentos construídos pelo programa “Minha Casa Minha Vida”, apresenta um cenário marcado por problemas socioeconômicos e elevados índices de criminalidade. A presença de tornozeleiras eletrônicas entre muitos pais e as frequentes menções de atividades criminosas nas conversas dos alunos evidenciam um ambiente social permeado por violência e criminalidade. Esse contexto é ainda mais preocupante considerando que muitos moradores, direta ou indiretamente, estão envolvidos com facções criminosas.

Dentro desse panorama, a ETI Edgar Linhares se destaca por oferecer um modelo de educação integral em tempo integral, no qual os alunos permanecem na escola durante a maior parte do dia. Essa abordagem inclui três refeições diárias e um currículo que abrange disciplinas comuns e diversificadas.

Ao analisar o impacto desse modelo educacional, pretende-se entender como a permanência prolongada na escola e a oferta de uma educação diversificada e técnica podem contribuir para a formação de cidadãos com perspectivas de futuro diferentes das que o ambiente social oferece. Além disso, a dissertação buscará identificar os desafios

enfrentados por essas instituições e as estratégias adotadas para maximizar o impacto positivo na vida dos alunos e na comunidade em geral.

Portanto, a escolha deste tema é justificada pela importância de avaliar o papel da educação integral em tempo integral como um potencial fator de transformação social e redução da criminalidade, oferecendo uma perspectiva mais esperançosa e construtiva para os jovens do Residencial Nova Caiçara.

Com base na revisão teórica colocaram-se as seguintes questões centrais da investigação:

- i. Qual é o impacto da implementação de um programa de Educação Integral em Tempo Integral como política pública de enfrentamento à criminalidade no Residencial Nova Caiçara?
- ii. Como a Educação Integral em Tempo Integral promove oportunidades e alternativas positivas para os jovens, contribuindo para evitar o envolvimento com atividades criminosas nessa localidade?
- iii. Qual é a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos participantes do programa de Educação Integral em Tempo Integral na prevenção da criminalidade nesse bairro de estudo?

O tipo de estudo adotado foi uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos participantes do programa de Educação Integral e da comunidade local. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Ao mesmo tempo, a abordagem quantitativa fornecerá dados para avaliar o impacto do programa de Educação Integral na redução da criminalidade. Esses dados quantitativos serão submetidos a análises estatísticas descritivas e inferenciais.

O objetivo geral busca analisar o impacto da Educação Integral em Tempo Integral como política pública de enfrentamento à criminalidade no Residencial Nova Caiçara localizado no município de Sobral-CE. Como objetivos específicos dessa pesquisa teve-se: 1) Descrever o papel da Educação Integral em Tempo Integral na promoção de oportunidades e alternativas positivas para os jovens, visando evitar o envolvimento com atividades criminosas; 2) Especificar a relação entre a implementação de um programa de Educação Integral em Tempo Integral e a redução da criminalidade no bairro de estudo; 3) Investigar a percepção da comunidade, dos gestores escolares, professores e alunos sobre os benefícios da Educação Integral em Tempo Integral como política pública no Residencial Nova Caiçara.

Desse modo, a relevância de investigar este modelo educacional surge da necessidade de avaliar como uma educação de tempo integral pode servir como uma estratégia para combater a ociosidade e oferecer alternativas viáveis para as crianças e adolescentes dessa comunidade. A proposta educacional da ETI não se limita a fornecer conhecimentos acadêmicos, mas também busca promover um ambiente seguro e estruturado que possa desviar os jovens das influências negativas e das oportunidades oferecidas pelas facções criminosas.

1 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

1.1 Educação como Direito Fundamental

A Constituição Federal Brasileira assegura o direito à educação, destacando sua importância essencial para a dignidade humana. Este direito fundamental é amplamente abordado nos artigos 205 a 214 do texto constitucional. A educação é vista como um meio crucial para o desenvolvimento pessoal e a busca de oportunidades profissionais significativas. Neste sentido, a responsabilidade pela educação é compartilhada entre o Estado e as famílias, (Costa, 2016).

A Constituição Federal, no capítulo da ordem social, normatiza as regras que irão concretizar o direito fundamental à educação. Nela está expressamente previsto que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Além disso, afirma que a educação visa o crescimento completo dos indivíduos, a sua preparação para o envolvimento cívico e para o emprego. Estabelece também a responsabilidade do governo em garantir a concretização do direito à educação, assegurando o acesso à educação infantil, ao ensino primário e ao ensino secundário, obrigatórios e gratuitos, elevando-o à condição de serviço público inerente (Costa, 2016).

Um dos princípios constitucionais do direito à educação é a garantia da educação pública básica gratuita em estabelecimentos oficiais, obrigatória para ser ministrada diretamente pelo Estado. Contudo, é importante notar que, embora o Estado garanta este serviço público, ele não é da exclusiva responsabilidade da Administração Pública. A livre iniciativa também pode desempenhar um papel no cumprimento deste mandato constitucional, desde que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas pela constituição.

Para Oliveira (2016), a principal responsabilidade pela garantia do acesso ao sistema público de ensino, especialmente na educação infantil, cabe aos municípios no sistema constitucional. Por outro lado, aos Estados e ao Distrito Federal cabe a fiscalização do ensino fundamental e médio. É constitucionalmente mandatado que a União, os Estados e os Municípios garantam a universalização da educação básica gratuita. Devem organizar seus sistemas educacionais e estabelecer medidas

colaborativas entre os diferentes entes da federação. O direito constitucional à educação básica gratuita abrange os ensinos infantil, fundamental e médio, sendo considerado um direito público subjetivo de acesso ao sistema educacional obrigatório e gratuito.

A Constituição Federal Brasileira não garante a gratuidade do ensino superior, deixando a responsabilidade pela oferta desse nível de ensino ao setor público e ao setor privado. As instituições de ensino superior privadas devem obter autorização da Administração Pública para oferecer cursos, conforme estipulado por regulamentações específicas. Embora estas instituições privadas gozem de autonomia, esta autonomia é exercida dentro dos limites estabelecidos pela administração pública, particularmente pelo Ministério da Educação, que supervisiona e regulamenta a educação superior no país.

De acordo com Velloso (2009, p.65),

No Brasil, por ser um estado constitucional com sistema democrático, os indivíduos possuem autonomia para escolher se utilizam ou não os serviços públicos que lhe são prestados. No entanto, o governo não tem liberdade para deixar de oferecer serviços públicos, especialmente aqueles considerados essenciais e estratégicos, como a segurança pública. No entanto, certos serviços, como o direito à educação, são considerados fundamentais e devem ser cumpridos pelo governo, mas podem ser delegados a entidades privadas, se assim o desejarem.

Pelo dever da União de garantir a educação para todos, a Administração Pública assume a responsabilidade constitucional de salvaguardar e defender os direitos fundamentais, nomeadamente o direito à educação. Como órgão ao serviço dos cidadãos, opera dentro dos limites estabelecidos pelo quadro constitucional e pelas normas legais existentes conforme Oliveira (2016, p.55),

No quadro do Estado Constitucional, o sistema normativo introduz uma nova interpretação dos direitos fundamentais e da sua implementação direta, permitindo uma compreensão mais ampla da lei. Esta mudança afasta-se de um conceito puramente formal de supremacia jurídica para uma dimensão mais substantiva, visando defender interesses jurídicos e direitos protegidos. Esta transição significa uma passagem da legalidade estrita para uma aplicação mais ampla das normas, estendendo-se para além dos limites da lei estatutária.

Os princípios fundadores dos serviços públicos prestados pelo Estado estão enraizados nas normas constitucionais. Conforme enfatizado anteriormente, cabe ao Estado a responsabilidade de garantir o ensino regular obrigatório, que é um direito subjetivo constitucionalmente protegido. No entanto, caso o Estado descumpra o seu dever de oferecer o ensino regular obrigatório e seja comprovado que essa falha é imputável ao gestor público, este será responsabilizado judicialmente pela violação deste direito.

2.2 Políticas Públicas

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da sociedade, refletindo as decisões do governo em resposta a problemas sociais, econômicos e ambientais. Elas são essenciais para promover o bem-estar da população, garantir direitos e implementar mudanças significativas em diversas áreas. Elas são formuladas através de um processo que envolve a identificação de problemas, a formulação de soluções, a implementação das ações e a avaliação dos resultados.

A política pública é uma expressão que procura elucidar uma circunstância específica da política. Conforme Oliveira (2016) do ponto de vista etimológico, a política pública se descreve como a participação do povo nas deliberações da cidade. Historicamente, essa atuação assumiu feições diversas, podendo ter ocorrido de modo direto ou indireto, pois um agente sempre foi essencial no episódio da política pública, o Estado.

No momento em que se salientam as políticas sociais (normalmente compreendidas como as de saúde, previdência, educação, habitação, saneamento entre outros), os elementos implicados para a comparação de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e requerem grande esforço de pesquisa. É relevante ressaltar a diferença entre Estado e Governo.

O Estado é um agrupamento de instituições definitivas como exército, órgãos legislativos, tribunais e outras que não constituem um bloco monolítico que necessariamente proporcionem a atuação governamental. Como a associação de projetos e programas que vêm da sociedade civil, políticos, técnicos entre outros, caracterizando a orientação política de um definido governo que atribui as funções de Estado por um combinado período (Oliveira, 2016).

Políticas públicas são compreendidas como o Estado instituindo um projeto de governo por meio de programas, de atividades apontadas para campos específicos da sociedade. São entendidas como as de atribuição do Estado. Quanto a efetuação e cuidado a partir de um método de tomada de decisões que abrangem órgãos públicos, corporações e agentes da sociedade pertencentes à política instalada (Gobert, 2007).

Assim, políticas públicas não devem ser vistas apenas como políticas estatais. Muitas vezes, elas são entendidas exclusivamente sob o aspecto administrativo ou

autônomo, com um foco predominante no fator 'político', frequentemente associado à ação partidária e eleitoral. No entanto, é crucial reconhecer que as políticas públicas abrangem um espectro mais amplo, envolvendo a interação entre diferentes setores da sociedade e não se limitando apenas às ações e decisões do Estado. “Esta é uma meia realidade, embora se trate de uma esfera técnico-administrativa no âmbito das políticas públicas, do mesmo modo dispõe uma proporção política uma vez que está relativo à demanda decisória” (Fernandes, 2007, p. 203).

Políticas sociais referem-se a atividades que apontam a norma de proteção social executadas pelo Estado, norteadas, em princípio, para a disposição dos benefícios sociais aspirando a redução das diferenças estruturais geradas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nas movimentações populares do século XIX, que surgiram em resposta aos conflitos entre capital e trabalho durante as primeiras revoluções industriais.

Segundo Azevedo (2003), há três espécies de políticas públicas: as regulatórias, as redistributivas e as distributivas. As políticas públicas regulatórias referem-se à elaboração de leis que concedem aos governos a autoridade para criar ou não determinadas políticas públicas, sejam elas redistributivas ou distributivas.

As políticas públicas redistributivas equivalem à redistribuição de renda no modo de recursos e/ou financiamento de equipamento e serviços públicos, como por exemplo: bolsa de iniciação científica, bolsa-escola, cesta básica, dentre outros. As distributivas se relacionam a todas as atividades que qualquer governo necessita executar, pois ela trata sobre a oferta de dispositivos e serviços públicos. Como exemplo de políticas públicas distributivas tem-se a efetivação de um projeto de educação ambiental, as podas de árvores ou a limpeza de um córrego, logo, a educação pública insere-se nestas políticas públicas distributivas.

A educação não deve ser um privilégio reservado às elites ou às classes superiores, nem um recurso aristocrático disponível apenas para aqueles que têm tempo e dinheiro. Ela deve ser acessível a todos, independentemente de sua condição social ou econômica. A educação deve estar a serviço do indivíduo, do "homem total", liberado e pleno. O principal ideal liberal da educação é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político (Cunha, 1991).

As políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Elas devem ser formuladas e implementadas de maneira eficiente,

levando em consideração as necessidades da população e os desafios do contexto. A avaliação contínua e a disposição para ajustes são fundamentais para garantir que as políticas cumpram seus objetivos e promovam o bem-estar coletivo. Em um mundo em constante mudança, a capacidade de adaptação e inovação nas políticas públicas será cada vez mais vital para enfrentar os desafios futuros.

2.3 Políticas públicas de educação e as circunstâncias que as envolvem

Para aprofundar o conceito de políticas públicas e o seu significado, particularmente em países que adotam uma abordagem econômica neoliberal, é importante reconhecer que este termo, como campo de estudo e disciplina acadêmica, teve origem nos Estados Unidos e recebeu apoio dos governos globais pós-Segunda Guerra Mundial como forma de facilitar a sua reconstrução e progresso.

Souza (2013) define políticas públicas como um domínio de estudo derivado das ciências políticas, servindo como arcabouço dentro do Estado para facilitar a organização e implementação de ações governamentais de acordo com necessidades pré-determinadas, abrangendo também planejamento, execução, gestão e avaliação.

Diversos atributos contribuíram para a proeminência das políticas públicas, incluindo políticas restritivas de despesas, políticas que minimizam a ação do Estado e propostas de novos mecanismos e políticas de governação que promovam o desenvolvimento econômico e aumentem o acesso das pessoas aos direitos e serviços.

A percepção das políticas públicas é ampliada por diversos autores que a conceituam como a manifestação do Estado por meio de ações governamentais. Souza (2013) apoia a conhecida definição de Lasswell, que afirma no analisar e tomar decisões sobre políticas públicas envolve abordar as questões de quem recebe o quê, por que e o impacto que isso tem.

Souza (2013) destaca que Lasswell dividiu as políticas públicas em quatro formas para atender às necessidades: o primeiro tipo concentra-se na distribuição, considera os indivíduos e não o geral e prevê um impacto positivo em determinados grupos sociais; o segundo tipo volta-se a ação reguladora do Estado, na forma de ações de controle de receitas e despesas, envolvendo burocracias e grupos de interesse; o terceiro conjunto de políticas são as redistributivas, que visam resultados de longo prazo e têm um impacto abrangente sobre a população, impondo tanto perdas quanto

benefícios. No entanto, suas estimativas frequentemente carecem de especificidade. Estas políticas subsidiam sistemas de segurança social e fiscais, bem como políticas sociais gerais. O quarto tipo de política é o das políticas constitucionais, que estabelecem procedimentos e diretrizes fundamentais para a organização e funcionamento das instituições.

No entanto, as políticas, enquanto organismos vivos e dinâmicos, são constituídas de forma diferente, apresentando diferentes possibilidades de desenvolvimento e resultados, dadas onde, como, por quem e para quem são implementadas, formuladas e avaliadas.

Na América Latina, incluindo o Brasil, a implementação de políticas públicas tornou-se um componente integrante das estruturas governamentais. Estas políticas alinham-se frequentemente com agendas internacionais, à medida que os governos lutam para estabelecer acordos eficazes entre si que impulsionem o crescimento económico e garantam direitos básicos aos seus cidadãos.

Neste contexto, começamos a discutir o papel desempenhado pelas políticas públicas de educação no Brasil, considerando que estas políticas tiveram início nas décadas de 1920 e 1930, quando o Brasil enfrentou a crise do café e o início do processo de industrialização, que passou a preocupar-se com a situação económica. A organização educacional é essencial para preparar a força de trabalho, contribuindo para a criação de empregos e geração de renda, além de preparar a população para o consumo consciente e responsável.

Dessa forma, o Estado brasileiro começará a organizar a educação escolar por meio de planos nacionais, a dar um salto quantitativo e qualitativo, a instituir o Ministério da Educação, a formular a Lei Orgânica da Educação Nacional e as Diretrizes Nacionais e a Lei Básica da Educação, e a alcançar a democratização com recursos públicos.

Junto com esses avanços, o foco na acessibilidade, durabilidade, desempenho e atendimento à população tornou-se destaque no sistema educacional brasileiro. As condições das infraestruturas, tanto humanas como físicas, e a eficácia do ensino e da aprendizagem surgiram como temas cruciais nos debates educativos. Estas questões tornaram-se as principais preocupações das políticas públicas brasileiras, visando retificar inúmeros desafios.

Diante do contexto brasileiro, tanto no século passado como no atual, as políticas públicas brasileiras são projetadas para abordar vários aspectos da educação.

Estas políticas centram-se em garantir o acesso à educação, promover a continuidade da educação, desenvolver currículos inclusivos, proporcionar formação e qualificações aos educadores e prolongar a jornada escolar. O objetivo principal é promover um sistema educativo mais democrático e proativo que cumpra os seus princípios fundamentais, centrado principalmente no desenvolvimento holístico dos indivíduos como seres humanos, sociais e políticos.

2.4 A implementação da educação integral como política pública: desafios e dilemas

A educação integrada aqui é entendida como uma probabilidade de organização escolar em que o tempo e o espaço ganham novos significados, potencializando e diversificando o ensino e a aprendizagem, levando em conta a humanidade e a formação holística da criança. Portanto, a ideia de escolas integrais vai além de simplesmente expandir o horário diário de aula. Trata-se de organizar o tempo de forma adequada, diversificar o currículo e oferecer opções de aprendizagem diferenciadas. É fundamental criar condições propícias ao conhecimento e proporcionar experiências enriquecedoras que contribuam para a formação integral dos alunos, tanto em aspectos morais quanto sociais e políticos. Além disso, é essencial evitar uma abordagem reducionista da educação, buscando um modelo que promova o bem-estar holístico e o desenvolvimento completo dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, reitera que a prática da educação integral é propícia à aprendizagem e ao domínio do conhecimento, levando em consideração a possibilidade de ampliação do aprendizado, e os trechos são os seguintes (BNCC, 2018, p.15):

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito holístico de educação com o qual a BNCC está comprometida refere-se à construção consciente de processos educativos que promovam aprendizagens condizentes com as necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, ao mesmo tempo em que respondam aos desafios contemporâneos da sociedade. Isto envolve considerar diferentes infâncias e juventudes, diferentes culturas juvenis e o seu potencial para criar modos de ser.

Segundo a BNCC, independentemente de questões temporais, estamos comprometidos com um processo educativo que promova uma aprendizagem condizente com necessidades, interesses e realidades.

Oliveira (2016, p. 20) sugere que a discussão em torno da educação integral se centra muitas vezes na crença de que esta pode servir como um meio para melhorar a qualidade da educação, particularmente para as classes socioeconómicas mais baixas. No entanto, há também indivíduos que se opõem a esta visão, argumentando que se trata apenas de uma forma de política de bem-estar.

A educação integral no país não é, pois, uma discussão recente. Sua diretriz de organização, seus dilemas e tentativas de implementação no país remontam às ideias do um educador Anísio Teixeira, brasileiro reconhecido por sua luta na democratização da sociedade e educação para todos. Teixeira (1976, p. 117) afirmava, por exemplo, que os “altos índices de evasão e repetência, já em 1930, resultavam da inadequação do modelo tradicional de escola às necessidades de seus alunos, sobretudo das crianças de classes populares”. Em função desse entendimento, defendia um modelo que ampliasse o tempo de permanência das crianças na escola, antecipando o que hoje chamamos de Educação Integral.

Cavaliere (2014, p. 281) relata que “A educação integral existe em programas de educação em diferentes países, épocas e contextos”. Segundo Carlini (2012, p. 439), no Brasil, “a primeira experiência com a implantação de escolas primárias públicas de tempo integral remonta à década de 1950, quando Anísio Teixeira construiu nos arredores de Salvador na Bahia, o projeto das escolas Parque”.

Assim, durante sua gestão como Ministro da Educação e Saúde do Estado da Bahia, de 1947 a 1951, instituiu a “Escola Parque” e posteriormente a “Escola-Laboratório” no Rio de Janeiro, que segundo ele, “Funcionam das 7h00 às 16h00 e tinham apoio do Instituto Nacional de Pesquisas - INEP”. Entre outras coisas, eram oferecidos almoços, sessões de desenvolvimento profissional realizadas em horários especiais e reflexões de avaliação conduzidas pelos supervisores do INEP no final do dia.

Segundo Chagas, Silva e Souza (2017), Anísio criou o Centro Popular de Educação Darcy Ribeiro, a Escola-Parque, enquanto era secretário. A instituição de ensino foi pensada para ser uma escola educativa integral, com foco no aluno e nas necessidades individuais, compromisso com a aprendizagem dos discentes, visando produzir cidadãos conectados aos projetos nacionais emergentes e ligados ao mundo do trabalho.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a ideia de ampliar a jornada escolar voltou a ganhar forma, desta vez com o popular CIEP – Centros Integrados de Educação Pública,

cuja primeira instituição foi fundada em 1985, sob o governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Apesar dessa interpretação de seu trabalho, foi sua tenacidade como Vice-Governador do Rio de Janeiro (1983) que concretizou o I Programa de Educação Especial (I PEE). No seu entendimento, esse projeto introduziria pela primeira vez no país o ensino em tempo integral, com mil alunos cada, o que colocaria o Brasil ao nível do mundo civilizado, “não conhecendo escolas de turno, mas escolas de tempo integral para aluno e professor (Ribeiro, 1997, p. 476)”.

Portanto, os prédios escolares (CIEPs) eram um meio de atendimento e acomodação do número estimado de crianças durante a jornada ampliada, devendo funcionar em tempo integral, entre 8h e 17h, proporcionando aprendizagem curricular regular, atividades culturais e de entretenimento, orientação e educação física.

Durante o primeiro mandato de Brizola como governador (1983-1987), alguns CIEPs foram equipados com piscinas e forneciam alimentação completa e atendimento médico e odontológico. No estado do Rio Grande do Sul, essa política de organização dos sistemas escolares começa a ser implementada com a construção dos prédios dos CIEPs na década de 90 no governo de Alceu Collares (1991–1995) em Porto Alegre. Os CIEPs foram fechados logo após o fim da administração de Collares e alguns estão agora completamente abandonados. Outros, como o construído na cidade de Canela, no Rio Grande do Sul, chamado Neuza Mari Pacheco, funcionam até hoje como escola de ensino integral, incluindo ensino médio.

Segundo Cavaliere e Gabriel (2012, p. 279), o conceito de educação integral abrange uma gama mais ampla de responsabilidades, particularmente nos domínios da cultura, do desporto e das artes, ultrapassando os limites da escolaridade tradicional. Esta noção enfatiza o desenvolvimento holístico dos indivíduos e destaca a importância dos esforços coletivos de várias instituições, a fim de estabelecer um sistema educativo completo.

Posteriormente, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê na Meta 6 a oferta de educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, a fim de fornecer serviços de educação básica a pelo menos 25% dos alunos (Brasil, 2014). A partir de 2013, os percentuais alcançados foram de 34% e 12%, respectivamente, em relação às expectativas do Objetivo 6 do documento.

A Meta 6 afirma que "Ampliar o acesso de crianças e adolescentes aos ambientes de ensino e aprendizagem busca a equidade e a qualidade educacional". No

entanto, é fundamental compreender que uma educação integral não se resume a mais tempo escolar, mas sim à qualidade da educação oferecida. Para alcançar essa qualidade, o modelo de ensino deve proporcionar aos alunos múltiplas oportunidades de aprendizagem, incluindo exposições à cultura, arte, esporte, ciência e tecnologia, alinhadas com o currículo da escola. Projetos em andamento, como o “Mais Educação”, do governo federal, destacam a necessidade de diagnósticos e monitoramentos constantes para garantir o desenvolvimento e aprimoramento contínuo da educação (Brasil, 2014).

Segundo Oliveira (2016), a implementação de mais programas de educação até meados de 2016 foi, na verdade, a forma mais rápida de implementá-lo, ampliando em grande parte a carga horária das escolas do país, com recursos indo diretamente para as contas das instituições escolares e dos diretores, incluindo o pagamento de salários mensais aos profissionais que ministram oficinas. Com o tempo, os recursos começaram a escassear, o que levou ao fim do programa e não havia mais como manter a estrutura organizacional.

Ainda hoje, como afirma a BNCC (2018), a educação integrada é um compromisso e por isso alguns municípios do Brasil continuam a implementar essa política em seus governos de forma aleatória e sob critérios de viabilidade financeira, mas ainda longe de atingir o artigo 6.º da meta do PNE, isto é, oferecer em 50% das escolas públicas o turno integral.

No Brasil, há diversos programas que vem atingindo resultados positivos, mostrando que é imprescindível a absorção do apoio da Polícia, da educação, instrução e desempenho das pessoas. De acordo com Silva (2010, p. 6), “em longo prazo, a criminalidade pode ser combatida com eficiência pelas técnicas de prevenção”.

Nesse caso, conforme certos programas podem agir nas três formas de prevenção, sendo: a primária que é a prevenção que não enfoca em nenhum grupo de risco, tratando dos jovens em geral; a secundária a que almeja a redução, abordada para os jovens que tem grandes riscos de envolvimento com crimes de alta periculosidade; e a terciária, aquela que evita a reincidência na população que já cometeu crimes.

A primeira prevenção tem como propósito a inclusão dos cidadãos por meio da educação, trabalho, políticas sociais que ajudem o jovem a melhorar a qualidade de vida e ajudem-no a lidar melhor com os problemas. Já a secundária tem enfoque na população com maior risco de se envolver com atividades criminosas, ocorre onde

confronta o crime, o principal foco é o controle e funciona propagando notícias, costumes, valores que construam a moral e ética dos indivíduos.

Por último, a prevenção terciária está centrada na população carcerária com objetivo de reintegração do detento na coletividade, por meio de programas preventivos da Secretaria de Defesa Social, Ministério Público ou até mesmo das Prefeituras Municipais, programas que incentiva a consciência crítica e a reflexão sobre as oportunidades e o custo que a criminalidade trás mostrando que não é benéfico.

Dessa forma, os exemplos de programas com esse objetivo, temos em primeiro plano, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), cuja responsabilidade é das polícias estatais de cada unidade da federação, e instituídos a partir da experiência do projeto piloto Drug Abuse Resistance Education (DARE), em Los Angeles, desenvolvido para todo o resto do mundo graças à ampla aceitação e sucesso, como se analisa na explicação de Mendes (2008). No Brasil, o DARE foi citado pela primeira vez em 1992, durante a preparação do evento denominado ECO/92, realizado na cidade do Rio de Janeiro, quando os Estados Unidos ofereceram à Polícia Civil um treinamento sobre o programa.

O entrave verificado foi o facto da exigência, determinada na sua concepção, de que o Programa só poderia ser desenvolvido por meio da ação de policiais fardados. Assim, o Programa foi oferecido à Polícia Militar que aceitou a oferta, tendo recebido a denominação de PROERD (Mendes, 2008, p. 34). Ainda conforme Brasil (2014), existem programas preventivos da educação infantil no Brasil, que auxiliam no processo de formação do indivíduo e partem da ideia de que a educação é a solução para percepção das pessoas sobre os valores sociais, mostrando aos indivíduos que a prática de crimes não é algo natural do ser humano e não tem nenhum benefício.

Já há diversos programas evoluindo nas unidades da federação e que tem melhorado à qualidade de vida das pessoas e diminuindo a criminalidade. Como exemplo, pode-se elencar: “Galera Nota 10” (AM); “Programa de Proteção de Jovens em Território Vulnerável” (MA); “Picasso não Pichava” e “Esporte à Meia-Noite” (DF); “Bombeiro Mirim” (GO); “Programa de Prevenção às Drogas” (AC); “Programa Escolar” (MT); “Peixinhos Voadores”, “Campeões do Amanhã” e “Cidadão Mirim” (AP); “Educar para Transformar, Transformar para Educar”, “Amigos do Detran” e “Projeto Teatro” (BA); “Clube Bem-te-vi”, “Guarda ambiental mirim”, “Vale Vida”, “Centro de Referência Ambiental do Vale Histórico”, “Joaninha” , “Sementes do Amanhã” e “Jovens Construindo a Cidadania” (SP), (Querido, 2017, p. 7).

Outro programa é o “Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo” (MG), que se dispõe a enfrentar e prevenir homicídios, colaborando com instituições que trabalham juntas para fiscalizar e prevenir os índices de criminalidade no Estado como: as polícias (Militar e Civil), a universidade, o Poder Judiciário e as prefeituras de cada município. O “Bolsa Família” também é um programa de transferência de renda criado pelo governo brasileiro em 2003, com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. E para famílias em situação de vulnerabilidade, busca garantir acesso a necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação (Querido, 2017).

Uma das principais características da Bolsa Família são as condicionalidades impostas às famílias beneficiárias. Para receber o apoio financeiro, elas devem cumprir certos requisitos, como assegurar a frequência escolar das crianças e manter a vacinação em dia. Isso ajuda a promover não apenas a assistência imediata, mas também o desenvolvimento social a longo prazo.

Os valores dos benefícios variam de acordo com a composição familiar e o número de membros, sendo que famílias com crianças e adolescentes recebem valores adicionais. O programa é destinado a famílias cuja renda per capita está abaixo de um determinado limite, promovendo a inclusão social e a dignidade.

Além de oferecer assistência financeira, o Bolsa Família está integrado a uma estratégia mais ampla de políticas públicas que visa melhorar o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Desde sua implementação, o programa teve um impacto significativo na redução da pobreza no Brasil, contribuindo para a melhoria de diversos indicadores sociais.

O Bolsa Família é, portanto, uma importante ferramenta na luta contra a desigualdade, promovendo não apenas a sobrevivência, mas também a esperança de um futuro melhor para milhões de brasileiros, agregando a outros programas sociais que fornecem rendas e são existentes para diminuir a pobreza e promover a ascensão dos mais pobres.

Como ressalta Querido (2017), não tendo como objetivo principal a redução da criminalidade, seu impacto social auxilia nesse controle, haja vista que as condições *sinequanon* (“sem o qual não pode ser”) para receber o benefício é o comprometimento em manter as crianças e adolescentes na escola e o comparecimento de gestantes, lactantes e crianças com menos de sete anos de idade aos postos de saúde para acompanhamento.

Dessa forma, Andrade (2007, p.1) comenta sobre alguns programas de criminalidade e prevenção da criminalidade, como:

- Programa “Uerê” (Complexo da Maré – Bonsucesso – RJ), administrado por organização não governamental (ONG) e tem como intuito reintegrar jovens sem teto entre treze e dezoito anos na sociedade, escola e família, por meio de leitura, alfabetização, informática, educação ambiental, futebol, atividades sociais como capoeira, dança, futebol etc. Também oferece alimentação e psicólogos em parceria com o Conselho Tutelar;
- Programa “Paz Nas Escolas” (SP) financiadas pelo Ministério da Justiça, a Fundação da Criança cuida desse programa ajudando as populações dos bairros Parque Selecta, Nossa Senhora de Fátima, Ferrazópolis, Jardim Industrial, Vila Ferreira e Jardim das Orquídeas, de forma que forme grupos de trabalho, para executar projetos de intervenção e colocando a sociedade para discutir e desenvolver temas relacionados a violência. Este programa conta ainda com a elaboração de estatísticas sobre os conflitos da comunidade escolar e com a execução de projetos formulados para sanar esses conflitos;
- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC (MG) projeto de prevenção principalmente na região de São José dos Campos, buscando a socialização e resgate dos indivíduos, de modo que os condenados possam ter penas alternativas em três etapas: 1) o condenado participa de atividades escolares e socioeducativas para a reconstrução do seu indivíduo ; 2) já os detentos sob regime semiaberto garantem sua capacitação profissional; 3) já os detentos no regime aberto conseguem sua readequação na sociedade com acompanhamento psicossocial;
- Programa Central de Penas Alternativas – CEAPA (MG), administrado pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS com o programa “Reintegração Social do Egresso”. Esta busca a criação de estruturas apropriadas e prevê a fiscalização do procedimento e procura penas alternativas não privativas de liberdade e reintegração social;
- Programa Liberdade Assistida – LA (SP): prevê a ressocialização e a reinserção de jovens que foram condenados à internação no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA). Mas, o programa não se consolidou por causa da falta de assistência psicossocial adequada;
- Programa Patrulha de Prevenção Ativa – PPA (MG) propõe o controle que consiste em patrulhamento ostensivo, disposto na NR 01/204-80 RPM (Teoria das oportunidades criminais), com o propósito de desenvolver ações educativas para redução criminal, estreitando a relação da população com a polícia, criando vínculos de confiança e proteção por meio do policiamento preventivo.

Mesmo com diferentes focos, estes projetos têm o mesmo objetivo: prevenção criminal e busca a solução por meio da segurança pública. Iniciativas que, ajudam positivamente na educação das crianças e jovens que podem ascender socialmente e ajudar a prevenir a criminalidade.

Ademais, a Lei nº. 23.450 de 24 de outubro de 2019 dispõem sobre a Política Estadual de Prevenção Social administrada pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) em ações com foco na Segurança Pública, intervindo em fatores sociais que direcionam a criminalidade e violência.

3 EDUCAÇÃO (EM TEMPO) INTEGRAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

3.1 Conceito

Segundo as reflexões de Cavaliere (2014), o direito à educação no Brasil configura-se como o direito à educação de qualidade. Os debates sobre a qualidade da educação no Brasil quase sempre estão relacionados ao tempo de permanência dos alunos na escola. Ainda em Cavaliere (2014), fica claro que as escolas de tempo integral se veem como o ponto de partida para a melhoria da qualidade do ensino.

A educação integrada é entendida como uma abordagem pedagógica que, no ambiente escolar, considera a vida em seu sentido mais amplo e abrange diversas dimensões da formação disciplinar (Leclerc & Moll, 2012). As escolas de tempo integral são previstas pela legislação como um meio de promover a educação inclusiva, utilizando jornadas escolares mais longas para oferecer uma formação ampla. Além do currículo tradicional, essas escolas atendem às necessidades cognitivas, éticas, morais, recreativas e físicas dos alunos, incluindo treinamento esportivo e desenvolvimento espiritual, entre outros aspectos.

Contudo, a escolaridade a tempo integral não globaliza necessariamente uma educação integral, ou seja, prolongar o tempo de permanência dos alunos na escola não garante a promoção de uma formação alargada que envolva todos os aspectos da vida humana. Como argumentam alguns autores (Souza & Charlot, 2016), o aumento do tempo pode constituir “um mesmo tempo”, pois a jornada escolar é ampliada sem recomendações pedagógicas sólidas que visem promover uma educação integral.

Portanto, é fundamental destacar que, de acordo com Lima e Almada (2013, p. 103-104), ao discutir a educação integral, é necessário esclarecer pelo menos quatro conceitos fundamentais relacionados a ela.

a) **Educação integral:** Refere-se à abordagem que busca uma formação completa, abrangendo não apenas os conhecimentos tradicionais, mas também dimensões intelectuais, artísticas, físicas e técnicas. Para atingir esse objetivo, é necessário mais tempo e, frequentemente, a integração com outros espaços educativos.

b) **Educação de tempo integral:** Refere-se à ideia de estender a jornada escolar para além do espaço escolar, mas não necessariamente implementar a educação integral dentro desta jornada.

c) **Escola de tempo integral:** Menciona-se a ideia de ampliar a jornada escolar, limitada ao espaço escolar, mas, novamente, isso não significa a implementação de uma educação integral;

d) **Educação integral de tempo integral:** Refere-se ao conceito de educação integral a tempo inteiro que foi explicado e desenvolvido anteriormente.

Neste sentido, a educação integral tem essencialmente como premissa a formação global da pessoa humana, ou seja, o ensino do português ou da matemática não deve ser separado da educação emocional e da formação cívica de qualidade (Velloso, 2009).

No Brasil, tem-se discutido intensamente a educação em geral, especialmente no contexto das políticas educacionais que visam ampliar o tempo escolar. Em outras ocasiões, o termo é associado à ideia de que mais tempo na escola resulta em um ensino mais eficaz, o que sugere uma melhor integração das atividades e conteúdos escolares para promover uma formação humana mais completa (Cunha, 2016).

Acredita-se que a educação integral, considera o ser humano como um todo e partindo do todo, é possível construir uma linguagem mais diversificada possível, ou seja, as crianças podem se desenvolver emocionalmente, cognitivamente, fisicamente e em todos os aspectos (Guará, 2016),

O conceito de educação integral vincula-se à formação integral, colocando a disciplina no centro das questões e preocupações educativas. Acrescenta-se o pensamento filosófico da pessoa completa, enfatizando que esta precisa estar integrada com suas capacidades cognitivas, emocionais, físicas e espirituais, fazendo da salvação a tarefa primordial da educação, e compreendendo integralmente a formação da pessoa (Cunha, 2016).

Na perspectiva de compreender as pessoas como seres multidimensionais, a educação deve responder às múltiplas necessidades dos próprios indivíduos e das circunstâncias em que vivem. Portanto, o objetivo da educação integral deve ser estabelecer relações para o progresso humano (Cunha, 2016).

No Brasil, os projetos de tempo integral cresceram significativamente. Experimentamos esse modelo de programa pela primeira vez em 1950, com a criação do Centro Educacional Caneiro Ribeiro, em Salvador. Outra iniciativa brasileira de apoio à

educação integral em tempo integral foi o Centro de Educação Pública Integrada (CIEP), criado no Rio de Janeiro nas décadas de 1980 e 1990 (Cavaliere, 2014). Portanto, este é o ponto de partida para outros projetos e propostas de desenvolvimento ao longo da jornada.

Segundo Cavaliere (2014, p.79) ressalta que:

A ampliação da jornada escolar diária pode ser entendida e justificada de diferentes maneiras: a) a ampliação do horário é uma forma de as escolas alcançarem melhores resultados nas ações realizadas pelos indivíduos, por estarem mais expostos às práticas e rotinas escolares; b) extensão do tempo de adaptação da escola às novas condições da vida urbana, da família e principalmente das mulheres; c) A expansão do tempo é parte integrante da transformação do conceito de escolarização, ou seja, do papel da escola na vida e na formação do indivíduo.

Portanto, analisando esses conceitos de tempo propostos pelos autores, vale destacar que a recomendação de ampliação do tempo diário foi adotada para atender às necessidades da sociedade atual, uma sociedade em que as famílias precisam cada vez mais trabalhar e apoiar mais suas famílias (Lima, 2015).

O objetivo da educação integral é proporcionar uma formação que vá além dos conteúdos acadêmicos tradicionais, promovendo o desenvolvimento completo do aluno em várias dimensões. Para alcançar esse objetivo, a educação integral foca no desenvolvimento cognitivo ao elevar o conhecimento e as habilidades intelectuais dos alunos, incentivando o pensamento crítico, a resolução de problemas e a criatividade. Além disso, busca enriquecer a experiência educacional com atividades culturais e artísticas, fomentando a expressão pessoal e a apreciação estética.

A educação integral também prioriza o desenvolvimento físico, promovendo a saúde e o bem-estar dos estudantes por meio de atividades físicas e esportivas, além de incentivar hábitos saudáveis. Outro aspecto fundamental é a formação moral e cidadã, cultivando valores éticos e sociais e preparando os discentes para uma participação ativa e responsável na sociedade.

Ademais, a educação integral apoia o desenvolvimento emocional e social dos educandos, ajudando-os a construir relacionamentos saudáveis e a gerenciar suas emoções de forma eficaz. Por fim, busca prepara-los para o futuro, equipando-os com habilidades práticas e conhecimentos que os ajudem a enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da vida pessoal de maneira holística e integrada.

Rinaldi e Silva (2017) também contribuem para o debate sobre a educação integral e nos fazem pensar sobre esta questão. Para os autores, a escola deve ser “um lugar onde todos sejam bem-vindos, porque não é um substituto da família, mas um

lugar que proporciona novas formas de educação para as crianças e para nós mesmos, um lugar onde a nossa cultura é transmitida”. A escola desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois proporciona oportunidades de socialização entre os indivíduos e de exposição a diferentes disciplinas e culturas.

Moll (2012) acredita que o tempo na educação integral é uma oportunidade para ampliar o tempo na escola, garantir a aprendizagem e remodelar a organização do tempo, do espaço e da lógica que rege os processos escolares, superando os discursos dominantes na prática escolar.

Portanto, como já expresso no texto, as escolas em tempo integral precisam proporcionar novos horizontes, novas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento e, assim, maior satisfação para crianças e jovens. Vale ressaltar também que não se trata apenas de ampliar o tempo, mas de mudar sua estrutura, principalmente quando se fala em espaços escolares, é preciso pensar em ambientes agradáveis, apropriados e frescos, onde as crianças se sintam convidadas a permanecer no espaço, coexistindo com outros.

3.2 Diferença entre a educação integral e a educação em tempo integral

O artigo 35º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, enfatiza a importância da educação integral e da escolaridade em tempo integral. Especificamente, o segundo parágrafo deste artigo aborda explicitamente a necessidade de prolongar a duração da frequência do ensino fundamental dos alunos:

Art. 35. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Embora o conceito de educação integral tenha sido proposto e discutido desde a década de 1930, foi somente no início do século XXI, especificamente em 2007, que foi estabelecido um programa federal para promover a educação em tempo integral nas escolas. O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº. 17/2007 no Brasil, teve como objetivo ampliar para pelo menos 7 horas a jornada escolar diária de crianças e jovens matriculados na educação básica. Esta iniciativa não só incentivou e apoiou a implementação de práticas de educação abrangente, mas

também contribuiu para o desenvolvimento de uma agenda nacional para a educação abrangente (Moll; Leclerc 2012, p. 18).

A promulgação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, que incluiu a Meta 6 com o objetivo de aumentar o tempo dos discentes na escola. Para atingir essa meta, o plano definiu a estratégia de oferecer educação em tempo integral em pelo menos 50% das escolas públicas, beneficiando pelo menos 25% dos alunos do ensino básico até o final do período de vigência do plano. A literatura sobre o tema apresenta uma ampla discussão sobre a interpretação dos conceitos de educação integral e escola em tempo integral. Alguns estudiosos consideram esses conceitos como inter-relacionados e complementares, enquanto outros os veem como distintos e separados.

Segundo o defensor brasileiro desse conceito, o educador Anísio Teixeira (1976), a concretização da educação integral depende do aumento da duração da jornada escolar. Teixeira defendeu que o princípio fundamental da educação deveria ser o desenvolvimento holístico da criança, necessitando de um afastamento dos quadros educativos tradicionais e do estabelecimento de um ambiente escolar a tempo inteiro capaz de acomodar e instruir os alunos ao longo do dia.

Esses autores veem esses conceitos como complementares e, até certo ponto, interdependentes. Argumentam que, para proporcionar uma educação completa, as escolas devem funcionar a tempo inteiro e incorporar uma abordagem fragmentada, como a separação das atividades físicas e intelectuais. Eles acreditam que esta abordagem holística da educação é alcançada através do uso de várias línguas, do envolvimento em diversas atividades e da adaptação a diferentes circunstâncias.

Em oposição à afirmação acima mencionada, Gadotti (2009, p. 10) contraria e apoia a importância da educação para a cidadania, pois é crucial para transformar os indivíduos em cidadãos integrais que defendem valores centrados no respeito, na tolerância às diferenças e nos direitos humanos. O objetivo final é promover uma sociedade ética que almeje a solidariedade e a democracia.

Acredita-se firmemente que a educação integral deve ser generalizada, ocorrendo em vários contextos, em diferentes fases da vida, incluindo a infância, a pré-adolescência, a adolescência, a idade adulta e até mesmo na velhice. A aprendizagem e o ensino são processos contínuos que sucedem ao longo das nossas vidas, e os resultados da educação abrangente dependem muito da forma como interagimos com os outros e como integramos as nossas experiências de aprendizagem.

Ao examinar as iniciativas em curso destinadas a aumentar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, Cavaliere (2014) identificou dois modelos distintos: escola a tempo inteiro e estudante a tempo inteiro. O primeiro modelo centra-se no fortalecimento da unidade escolar através da implementação de diversas mudanças, como a atribuição de novas tarefas, a disponibilização de recursos e instalações adicionais e a contratação de profissionais com formações diversas. Esta abordagem visa oferecer a alunos e professores uma experiência institucional única.

Por outro lado, o segundo modelo enfatiza a oferta aos educandos de uma série de atividades fora do horário escolar normal, através de colaborações com instituições multissetoriais. Isto envolve a utilização de diferentes espaços e o envolvimento de agentes além daqueles tipicamente associados à escola, com o objetivo de oferecer experiências diversas e não padronizadas.

O conceito de educação a tempo integral e a sua ligação à experiência escolar remontam a extensas discussões no âmbito pedagógico e académico sobre os pressupostos subjacentes que regem a organização e o funcionamento destas instituições. Segundo Silva (2018), os colégios que adotam a ideia de educação em tempo integral devem priorizar a garantia de direitos sociais a todas as crianças e jovens no Brasil.

Isto implica a criação de um ambiente escolar estimulante e humanístico, empregando professores e administradores qualificados que sejam respeitados e dotados de condições de trabalho dignas. Além disso, envolve a implementação de um currículo seguro e abrangente, oferecendo orientação pedagógica, fomentando a autonomia e a sustentabilidade e promovendo os valores da humanização, da cidadania, da inclusão e da valorização da diversidade humana (Silva, 2018).

3.3 Educação Integral: Aprendizagem e Desenvolvimento Integral

Como mencionado anteriormente, o conceito de Educação Integral enfatiza a ligação indissociável entre aprendizagem e desenvolvimento integral. Reconhece a importância de nutrir o crescimento holístico das crianças e dos aprendizes nas diversas fases da vida, tendo em conta as características únicas de cada fase. A abordagem para educar uma criança na primeira infância difere significativamente daquela de uma criança mais velha, de um adolescente, de um jovem adulto ou mesmo de um adulto. Ao

mudar o foco do conteúdo para os indivíduos, a Educação Integral reconhece essas especificidades e organiza horários, ambientes, materiais e currículo de acordo.

Além disso, reconhece-se que a aquisição de conhecimento é influenciada não apenas pelos objetos de estudo, mas também pelas interações do sujeito com o seu ambiente. Como resultado, a aprendizagem necessita da incorporação de vários elementos temporais e espaciais, bem como de indivíduos, na estrutura das experiências educacionais cotidianas. Esta compreensão molda as decisões pedagógicas, enfatizando que a educação é uma jornada contínua que se estende para além dos limites da escolaridade formal. Assim, o objetivo da educação é capacitar os indivíduos com autonomia para aprender a navegar no mundo ao seu redor. Este esforço deve começar desde os primeiros estágios do desenvolvimento infantil.

Para abordar o processo de desenvolvimento integral através de uma perspectiva articulada, é essencial ter um currículo integrador. Isto implica ir além da mera definição do conteúdo do conhecimento dentro de cada área temática. Em vez disso, um currículo enraizado na educação integral é o resultado de uma colaboração coletiva, centrada em questões cruciais: qual é o propósito do ensino e da avaliação (qual é o projeto educativo)? E com base nisso, o que deve ser ensinado e avaliado, bem como, onde, quando, para quem e por quem? (Andrade, Weffort, Costa, 2019).

Em resumo, se o objetivo do projeto de formação é reproduzir passivamente o conhecimento adquirido por meio da instrumentalização dos alunos, então o ensino pode ser definido externamente, como seguindo as diretrizes da BNCC, onde aulas expositivas e um espaço único de sala de aula com sessões de 50 minutos são considerados suficientes, desconsiderando as necessidades individuais de cada aluno e contando apenas com o professor para cada disciplina.

Quando se tratam de educação integral e do objetivo de capacitar os indivíduos para aprender, construir criticamente o conhecimento e assumir responsabilidades pessoais e coletivas no mundo real, as práticas pedagógicas devem ser mais abrangentes. Isso significa proporcionar diversas formas de estudo e pesquisa, múltiplas linguagens e interações, e fazer da avaliação um processo formativo em si.

Essa perspectiva também tem implicações na forma como o tempo, o espaço e os recursos são organizados. Envolve reunir não só os professores, mas também outros membros da escola e da comunidade, incorporando espaços interiores e exteriores na vida cotidiana, integrando diferentes disciplinas e promovendo métodos

organizacionais que conduzam à aprendizagem ativa, tais como projetos disciplinares e interdisciplinares.

A estrutura atual de aulas de 50 minutos, exames e professores isolados em suas respectivas áreas não são benéficos para esses indivíduos. Contudo, a importância de renovar estas práticas vai além da mera inovação. Em essência, quaisquer decisões tomadas em relação a estratégias, gestão de tempo e arranjos físicos devem estar alinhadas com um plano educacional extensivo. Estas escolhas devem ser ponderadas, totalizantes e colaborativas, envolvendo todos os membros da comunidade escolar.

A criação de um currículo na Educação Integral envolve o potencial de estabelecer encontros educativos duradouros e corriqueiros que envolvam o corpo físico, as conexões interpessoais, os aspectos culturais, as emoções e o intelecto. Isto implica fornecer caminhos para observar, experimentar, formular hipóteses, conduzir investigações, resolver problemas, comparar estratégias e, nomeadamente, colocar uma maior ênfase no valor da tentativa e do erro.

A presença de obstáculos sociais, económicos, ambientais e políticos que convergem no Brasil serve como evidência da existência duradoura de desequilíbrios em nossa sociedade, que historicamente marginalizaram uma parcela significativa de nossa população e negaram-lhes plenos direitos de cidadania. Este cenário específico sublinha a necessidade inegável de um sistema educativo amplo, democrático, inclusivo e antirracista que envolva todos os indivíduos.

3.4 Caracterização da Escola de Tempo Integral

O Brasil tem introduzido gradualmente escolas públicas integradas com dois objetivos principais: ampliar o tempo que as crianças passam na escola e lutar por uma educação completa. O foco na educação integral no Brasil ganhou força com o conceito introduzido por Anísio Teixeira no final do século XX e se solidificou ainda mais com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN/1996, que legalizou a implementação do regime de tempo integral (LDB, 1996).

De acordo com o disposto na Lei nº. 9394 (LDB, 1996), especificamente no artigo 34º, a carga horária do ensino fundamental será composta por no mínimo quatro horas dedicadas a atividades produtivas em sala de aula. Além disso, a duração do dia escolar será gradualmente aumentada. Os sistemas educativos têm autoridade para

implementar aos poucos o ensino primário a tempo inteiro, conforme acharem adequado.

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n.º10.172/01) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE – Decreto n.º 6.094/07) fornecem maiores detalhes sobre este assunto. O objetivo de alargar progressivamente a jornada escolar mantém-se inalterado, com foco na promoção do envolvimento de todos os segmentos da sociedade na comunidade educativa.

Segundo Pacheco et. al., (2008, p.5), nesta linha particular de pensamento ao considerar a natureza multifacetada da humanidade, a educação deve ser capaz de se adaptar às diversas necessidades e circunstâncias. Portanto, uma abordagem extensiva da educação deve ter como objetivo promover o crescimento pessoal e melhorar as conexões humanas. [...] Como parte integrante do processo de desenvolvimento humano, a educação desempenha um papel essencial na definição da forma como os indivíduos interagem e coexistem entre si, fornecendo a base para o bem-estar pessoal e social.

A escola ocupa uma posição fundamental na vida dos jovens, servindo como ponte entre o Estado, a comunidade e a família. Apesar do ritmo gradual de mudança, o sistema escolar tem desempenhado um papel significativo na implementação de novas transformações. Diante disso, é vital contemplar o impacto da Escola de Tempo Integral, que tem utilizado efetivamente toda a sua capacidade de envolvimento com a comunidade e a família, visando criar uma iniciativa educativa e ética (Gomes, 2016).

Ao proporcionar uma formação significativa e alinhada com os interesses das escolas, comunidades e famílias, a escola de tempo integral garante que a cidadania e a experiência sejam acessíveis a indivíduos de todas as idades, incluindo crianças, jovens e adolescentes (Gomes, 2016). Reconhecendo que a aprendizagem pode ocorrer fora dos limites dos ambientes escolares tradicionais, a educação a tempo inteiro é considerada essencial para todos, uma vez que dota os indivíduos das competências de que necessitam ao longo da vida.

Em consonância com nossa afirmação anterior, a educação abarca o crescimento holístico dos indivíduos, compreendendo seus aspectos físicos, emocionais, sociais e simbólicos, entre outros. Esta perspectiva desafia a noção tradicional de educação.

Como bem diz Gomes (2016, p.48):

É necessário reconhecer que as discussões em torno da educação a tempo inteiro e da escola a tempo inteiro carecem frequentemente de uma abordagem abrangente à educação das crianças. A

narrativa predominante, intencional ou não, tende a equiparar a educação abrangente apenas à escolaridade a tempo inteiro. Portanto, é de extrema importância aprofundar os componentes fundamentais desses conceitos e obter uma compreensão mais profunda.

O ambiente escolar engloba uma ampla gama de ideias relacionadas ao desenvolvimento dos indivíduos em diversas dimensões, como ética, política e aspectos cognitivo-emocionais. Reconhecer a importância da escolaridade em tempo integral, especialmente nas escolas públicas brasileiras é essencial, pois promove oportunidades iguais para o avanço social e educacional, bem como o crescimento completo de crianças e adolescentes (Gomes, 2016).

Ao prolongar a duração da escolaridade, podemos melhorar vários aspectos da aprendizagem, incluindo a interação social, as competências linguísticas e a compreensão dos direitos cívicos. Alcançar esses objetivos requer a adoção de conceitos e abordagens educacionais inovadoras que priorizem as necessidades de cada aluno.

Segundo Mendonça (2009), a cultura ocidental moderna deu origem às escolas tal como as conhecemos hoje. A instituição representou uma abordagem especial para educar as gerações futuras, especialmente as crianças separadas da comunidade em geral.

O desenvolvimento das escolas como ambientes educativos está profundamente ligado a novas perspectivas sobre a infância, que incluem a criação de espaços e horários específicos para a educação infantil. Esse avanço também envolve o surgimento de especialistas em educação infantil, que trazem teorias e técnicas especializadas para a prática pedagógica. Além disso, há uma tendência para a eliminação de métodos alternativos de educação infantil em favor da formalização da escolaridade, com a implementação de sistemas educacionais obrigatórios promovidos pelo governo por meio de dispositivos legais.

O Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) foi uma iniciativa inovadora que visa transformar a educação pública. A visão por trás do CIEP era fornecer uma abordagem abrangente à educação. No centro deste plano estava priorizar o bem-estar dos aulistas. Não se tratava apenas de retirar as crianças das ruas e colocá-las nas escolas; em vez disso, o foco estava na criação de um ambiente onde os alunos pudessem prosperar e se destacar. O CIEP pretendia ir além de simplesmente acolher um grande número de estudantes; em vez disso, procurou oferecer as condições ideais de aprendizagem e crescimento, mantendo sempre as necessidades dos discentes em primeiro lugar.

De acordo com Velloso (2009) implementar escolas de período integral para educandos e educadores, especialmente em áreas metropolitanas onde as maiores concentrações de crianças estão destinadas a ser marginalizadas porque escolas eficazes são um lixo e criminosas. As crianças deixadas para trás e as crianças delinquentes que chamamos são apenas crianças que não frequentaram a escola ou são apenas crianças em escolas rotativas.

As crianças da Escola de Tempo Integral não recebem apenas café da manhã e cuidados de higiene como escovar os dentes, tomar banho e lavar as mãos. A escola de tempo integral também está repleto de atividades diferentes. Possuem sala de vídeo, biblioteca, aulas práticas entre outros; tudo com o objetivo de reforçar seu processo de aprendizagem.

Mendonça (2009), postula que uma proposta de ensino deve concentrar-se em elementos cruciais para a promoção de uma vida saudável. É a escolaridade completa que avança para afirmar os direitos educacionais de todos os alunos. Uma visão como essa oferece às crianças e aos adolescentes a oportunidade de compreender diversas áreas do conhecimento, contribuindo para uma educação integral e reconhecendo-os como indivíduos detentores de direitos.

A educação integral encontra seu fundamento no discurso animado entre educadores e educandos. Isso não é apenas bate-papo, é um esforço concentrado para construir a compreensão, valorizando o ensino e também as necessidades dos alunos. Essa abordagem convincente fornece um avanço significativo para o aprimoramento, enriquecendo especialmente a qualidade de nossa busca por nova sabedoria durante o horário de aula ou qualquer tipo de esforço educacional.

Uma mudança significativa que merece destaque é a implementação da educação em tempo integral, que deve ser defendida através de uma abordagem interdisciplinar, integrando esportes e cultura na prática pedagógica. Nos últimos anos, os paradigmas educacionais têm evoluído com o objetivo de elevar o padrão de ensino oferecido. Essas inovações têm modernizado a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem e enriquecido substancialmente a qualidade educacional.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O COMBATE À CRIMINALIDADE

Após a ditadura militar no Brasil, a década de 1970 trouxe uma maior compreensão da importância de políticas públicas eficazes. Esta compreensão continuou a crescer juntamente com o surgimento de grupos sociais dedicados a atender às necessidades prementes da população. Como resultado, nasceu um movimento popular, com o objetivo de defender a democratização do país após anos de regime autoritário. Além disso, esse movimento teve como objetivo ampliar os direitos fundamentais que são prometidos a todo cidadão, conforme previsto na constituição de 1988 (Brasil, 1988).

Neste contexto, surgem preocupações sobre os processos sociais, as necessidades das pessoas e a forma como os governos e as sociedades satisfazem essas necessidades. Ao mesmo tempo, as políticas públicas baseiam-se em ações e programas assistenciais, o que é extremamente necessária dada as desigualdades sociais, a violência e a pobreza que cercam as pessoas.

Nos campos da segurança pública e da educação, a implementação de projetos se torna cada vez mais essencial e relevante. Esses projetos têm o objetivo de combater e controlar os índices de criminalidade, que, direta ou indiretamente, causam grande impacto e devastação às famílias afetadas. Estas ações também se concentram em processos de educação e ressocialização na tentativa de perturbar o comportamento criminoso, especialmente entre os jovens dentro e fora das prisões (Mendonça, 2009). A política, portanto, concentra-se não apenas em prevenir crimes antes que eles ocorram; também inclui programas para delinquentes juvenis, jovens e adultos que já foram condenados e encarcerados no sistema prisional inadequado do Brasil.

Uma política pública eficaz no combate ao crime deve estudar e analisar as causas e consequências da violência, a fim de propor medidas que possam ser implementadas em diversas áreas que geram problemas que já estão incorporados na estrutura organizacional do país.

Dada à presença da violência na sociedade, é sabido que uma das maiores fontes desta prática é a ausência física de políticas públicas por parte do Estado e dos seus setores, na educação, saúde, habitação etc. Porque não consegue mobilizar recursos materiais e humanos eficazes para reprimir a violência. Além disso, sabe-se que a

pobreza é uma das principais causas desse problema, além do baixo investimento na educação desde o ensino primário até o ensino superior.

Não se deve deixar de mencionar que os indivíduos se encontram em situação de vulnerabilidade, na maioria das vezes, exatamente por causa da omissão do Estado, que não consegue contornar a falta de escolas públicas de qualidade, de um sistema educacional eficiente, hospitais adequados e moradia, além de outros problemas que ferem a dignidade do indivíduo.

4.1 Noções Básicas sobre Educação

A educação está relacionada à capacidade de formação crítica do ser, como explica Freire (2016), que fez história no campo da educação no Brasil e no mundo com sua pedagogia libertadora e transformadora. Seu trabalho enfatiza a importância de ensinar os alunos a “ler o mundo” para mudá-lo. A educação tem um papel importante na sensibilização para que os oprimidos possam agir em favor da sua própria libertação.

O poder da consciência crítica reside na sua habilidade de capacitar os alunos para examinarem a sua própria realidade, levando-os a envolver-se numa reflexão contínua que pode, em última análise, resultar em mudanças profundas na sua percepção e compreensão do mundo. Da mesma forma, Demo (2014) afirma que a educação e o desenvolvimento humano estão intrinsecamente ligados, uma vez que a educação desempenha um papel fundamental ao permitir que os indivíduos elaborem as suas próprias narrativas pessoais. Segundo Demo (2014), o objetivo principal da educação é combater o empobrecimento político e promover a autonomia e a liberdade.

Chauí (2016), por sua vez, aprofunda a ideia de educação como consciência e tenta reavaliá-la por causa dos riscos ideológicos que podem surgir, como criar falsa consciência e encobrir velhos hábitos sem produzir transformação efetiva. Para o autor, a pedagogia deve levar em conta as contradições internas, os incentivos para superar a passividade e criar as condições em que a descoberta ocorre.

Perrenoud (2003) fala sobre competências educacionais e critica a forma como as escolas ensinam, acreditando que além de aprender a ler, escrever e contar, há também muito trabalho feito na educação, como aprender a raciocinar, explicar e resumir, e apenas por exigências legais e não pela compreensão de sua relevância para a formação da cidadania. As habilidades e conhecimentos individuais precisam ser

melhorados por meio de ensino e contexto apropriado. Não basta apenas acumular conhecimento, é preciso também aplicar o que aprendeu em situações práticas. Esta é uma exploração da superação da necessidade da educação como transmissora de conhecimento com uma abordagem baseada em competências.

4.2 A Problemática da Violência nas Escolas

A manifestação da violência é resultado direto da estrutura socioeconômica prevalecente, tornando-a um produto da sociedade. O sistema capitalista, em particular, ampliou a presença de diversas formas de violência, deixando-nos suscetíveis em múltiplos aspectos das nossas vidas. Os fatores culturais desempenham um papel significativo no fomento deste potencial de violência, particularmente em relação à diversidade e às construções sociais que rodeiam as diferenças. Essas diferenças abrangem vários aspectos, como etnia, raça, direitos humanos, identidade de gênero, crenças e filosofias de vida dos indivíduos. Até as distinções entre mulheres e homens e as respectivas origens contribuem para esta complexa rede de violência.

Nesse contexto, Charlot (2014) ressalta que a violência é quase sempre marcada por uma perspectiva que se centra na marginalização dos sujeitos, na pobreza econômica, social e cultural, e no empoderamento de pequenas elites, o que mitifica o primeiro plano da violência. A classe popular, entre os indivíduos historicamente marginalizados é considerada sujeito da violência ou protagonista do crime devido a diversas condições, sendo esta de caráter físico, social e psicológico.

Abramovay e Rua (2016, p.22) definem violência como “qualquer ato que dificulte ou impeça o desenvolvimento”. No contexto do sistema educativo, onde o objetivo é promover o crescimento, a violência está em oposição direta ao propósito fundamental da essência das escolas.

No ambiente escolar, é encontrada uma ampla gama de violência, cada uma com características e perpetradores únicos. Esta violência coloca obstáculos significativos ao crescimento pessoal em várias dimensões, como biológica, psicológica, emocional e interasocial.

As ramificações decorrentes do aumento dos homicídios de jovens são extensas e abrangem uma enorme gama de áreas, incluindo a expansão dos anos de produtividade dos indivíduos e a influência nas escolhas relacionadas com poupanças e investimentos,

impactando assim o crescimento a longo prazo da nação. Ao longo da história, inúmeras estratégias foram concebidas para abordar a questão do crime. No âmbito das discussões, especialmente quando se trata da geração mais jovem, há uma forte defesa do papel significativo que a educação e as escolas desempenham na dissuasão de atividades criminosas.

Para obter mais informações sobre os efeitos potenciais, foi realizada uma análise do Programa Mais Educação (PME), onde foi implementado em 2008, focando especificamente no seu impacto sobre a criminalidade. Este programa, considerado uma iniciativa crucial do governo federal, visa aprimorar, defender e facilitar a educação holística nas escolas públicas nos níveis municipal, estadual e distrital por meio de apoio financeiro (Abramovay e Rua, 2016).

Implementada em contextos reais, a iniciativa destinada a alunos com disparidades significativas entre idades e séries e com elevadas taxas de abandono escolar conseguiu alargar o dia escolar de apenas 4 horas para um mínimo de 7 horas. Além disso, as horas extracurriculares têm sido dedicadas a atividades socioeducativas e de apoio acadêmico. Os defensores de uma abordagem holística da educação como estratégia contra o comportamento criminoso afirmam que o aumento do tempo passado na escola poderia levar a uma utilização mais frutuosa do tempo dos estudantes, especialmente para aqueles que não têm acesso a recursos educativos enriquecedores no seu ambiente doméstico (Abramovay e Rua, 2016).

Além disso, os proponentes argumentam que a oferta de atividades extracurriculares e um currículo personalizado melhoraria as capacidades não cognitivas, como as competências sociais e a responsabilização, resultando num efeito prejudicial sobre o comportamento criminoso como consequência direta da educação recebida.

4.3 Conceituações Elementares sobre Criminalidade

Compreender o que é o crime, o que o causa e quais as suas consequências é fundamental para resolver este problema. Baratta (2011) propôs um novo paradigma criminológico e explicou que o crime não é algo pré-constituído, mas um resultado do sistema de justiça criminal. A teoria da resposta social defendida por Baratta (2011), também conhecida como abordagem da rotulagem, reconhece que para compreender o

crime é necessário estudar o comportamento do sistema penal como ponto de partida. A noção tradicional de que o crime é um ato humano de responsabilidade pessoal deve ser superada, pois é um processo muito mais amplo.

Na perspectiva de Fazenda (2011), uma solução viável para reduzir a criminalidade é construir sistemas alternativos ao prisional. Nesse sentido, o autor ressalta a importância do sistema escolar, pois em sua opinião é nesse contexto que se inicia o processo de estigmatização dos sujeitos, mas uma educação que valorize a especificidade de cada pessoa não reconhecerá o preconceito em sua ação no ensino. Ao comparar o sistema de recompensa escolar ao próprio sistema social, Baratta (2011) explica que o processo de punição das minorias estigmatizadas começa na infância. A educação, em vez de promover a liberdade e a auto-estima, pode contribuir para a estigmatização das pessoas, alterando assim a sua identidade social.

4.4 Educação e Crime: Mecanismos e Implicações

4.4.1 Mecanismos

A relação entre educação e crime identifica, pelo menos, três canais principais através dos quais a escolaridade pode impactar a participação criminosa: os efeitos de renda, a paciência ou aversão ao risco, e a disponibilidade de tempo.

Primeiro, “os efeitos de renda operam por meio da educação, que tende a reduzir a criminalidade ao aumentar os retornos do trabalho legítimo e/ou elevar os custos de oportunidade associados ao comportamento ilegal” (Lochner e Moretti, 2004, p.45).

No entanto, há também evidências que sugerem que, em alguns casos, a educação pode aumentar os rendimentos de atividades criminosas. Isso ocorre porque certas competências adquiridas na escola podem ser aplicadas em práticas ilegais, levando a uma possível valorização do crime em determinados contextos.

Essa dinâmica complexa destaca a necessidade de uma análise cuidadosa sobre como a educação pode influenciar não apenas a capacidade de obter renda legítima, mas também a possibilidade de engajamento em atividades criminosas, evidenciando um paradoxo que merece ser explorado.

Oreopoulos (2007) fornece evidências de que,

jovens que abandonam a escola frequentemente demonstram uma visão míope, focando nos custos imediatos da educação e desconsiderando os benefícios a longo prazo de um ano adicional de escolaridade. Essa perspectiva limitada torna os desistentes mais propensos a comportamentos de risco.

Por outro lado, a educação pode promover uma maior paciência, reduzindo a taxa de desconto em relação aos ganhos futuros e, assim, diminuindo a propensão a cometer crimes. Além disso, a educação também pode aumentar a aversão ao risco, levando os indivíduos a considerar mais seriamente as consequências negativas associadas a comportamentos ilegais, como a possibilidade de punição. Essa percepção ampliada dos riscos envolvidos pode, conseqüentemente, contribuir para a redução da criminalidade. Em suma, a educação não só transforma a forma como os indivíduos avaliam o tempo e os ganhos, mas também molda sua atitude em relação aos riscos, impactando assim suas decisões comportamentais.

O tempo dedicado à educação também pode exercer um impacto significativo na criminalidade. Um efeito de "autoincapacitação" foi documentado por Tauchen, Witte e Griesinger (1994), que encontraram uma correlação negativa entre o tempo gasto na escola (e no trabalho) durante um ano e a probabilidade de prisão nesse mesmo período.

Hjalmarsson (2008, p.65) investigou a relação inversa,

analisando como ser preso antes de concluir a escola afeta a probabilidade de se graduar no ensino médio. Os resultados indicaram que o número de vezes que um jovem é apreendido por delitos e o tempo passado na prisão aumentam consideravelmente a probabilidade de abandono escolar.

Essas decisões são provavelmente endógenas, e para abordar essa questão, Jacob e Lefgren (2003, p.56) “utilizaram dias de folga escolar como instrumento, baseando-se em dias exógenos de formação de professores”.

Luallen (2006, p.43) também adotou uma abordagem semelhante, “utilizando fechamentos inesperados de escolas devido a greves de professores como instrumento para avaliar a ausência na escola. Ambos os estudos relataram efeitos significativos da educação adicional na redução da participação criminosa”.

No entanto, é importante notar que esses estudos também revelaram que a incidência de crimes violentos tende a aumentar quando as aulas estão em funcionamento. Essa conclusão é atribuída a um efeito de concentração, sugerindo que, embora a presença na escola reduza a criminalidade em geral, a dinâmica social dentro

da escola pode, paradoxalmente, aumentar a ocorrência de certos tipos de crimes. Isso destaca a complexidade da relação entre educação e criminalidade, enfatizando a importância de considerar diversos factores contextuais.

Anderson (2009) também relata evidências para o Estados Unidos, com base nas idades mínimas de abandono escolar que variam entre os Estados, que manter os jovens na escola diminui as taxas de prisão.

4.4.2 Implicações

Após obter estimativas do impacto da expansão da educação sobre o crime, a próxima questão a ser enfrentada é como interpretá-las à luz dos mecanismos que sustentam a relação entre crime e educação. Essa interpretação é crucial, especialmente considerando que a variável de resultado se concentra nas taxas de condenação de jovens de 16 a 21 anos. A expansão educacional que analisamos aumentou significativamente a participação escolar nessa faixa etária, sugerindo que nossas estimativas incluem uma componente atribuível ao efeito de autoincapacitação, uma vez que certos grupos de jovens passam mais tempo na escola.

Embora seja difícil descartar completamente a possibilidade de um efeito de incapacitação, evidências indicam que essa pode não ser a única explicação para as reduções observadas nas taxas de criminalidade resultantes da expansão educacional. É importante explorar outros fatores, como a mudança nas atitudes em relação ao crime, o aumento da paciência e da aversão ao risco, e o impacto das interações sociais no ambiente escolar. Esta abordagem abrangente permitirá uma compreensão mais profunda da relação entre educação e criminalidade, além de identificar as diversas dinâmicas que podem estar em jogo.

Uma primeira tentativa de considerar essa questão surge a partir das diferenças entre abordagem e estudos causais. Lochner e Moretti (2004), nos Estados Unidos, e Machin, Marie e Vujić (2011), referidos a partir de agora como MMV. A Inglaterra e o País de Gales, analisam as alterações nas leis relacionadas à idade de abandono escolar obrigatório para identificar o impacto causal de um ano adicional de escolaridade na participação criminosa.

Embora a abordagem de corte adotada por esses estudos seja metodologicamente semelhante à que utilizaremos, eles conseguem, em grande medida, descartar qualquer efeito direto de autoincapacitação da educação sobre a criminalidade.

Esta diferença metodológica é crucial, pois nos permite investigar outros mecanismos que podem afetar a relação entre educação e crime, além da autoincapacitação. Após análise metodológica, é essencial considerar não apenas a redução nas taxas de criminalidade associada ao aumento da escolaridade, mas também como fatores de mudanças nas atitudes, na paciência e na aversão ao risco podem ter papéis importantes nessa dinâmica. Essa abordagem nos proporcionará uma compreensão mais abrangente e detalhada da conexão entre educação e criminalidade.

Eles fazem isso excluindo a faixa etária afetada pelo ano letivo extra, conforme as políticas analisadas, utilizando dados sobre prisões ou condenações. Além disso, ambos os estudos não encontraram efeitos significativos sobre as taxas de criminalidade feminina. O impacto da educação sobre a criminalidade violenta masculina é menos conclusivo. Lochner e Moretti (2004) apresentam estimativas relativamente grandes (embora imprecisas).

Uma segunda abordagem para investigar os mecanismos subjacentes ao impacto da educação sobre o crime é considerar se a expansão educacional influenciou outros resultados relacionados à produtividade. Se encontrarmos evidências desse impacto, poderemos plausivelmente descartar a ideia de que o efeito de autoincapacitação é a única explicação para a redução da criminalidade associada à educação. Por exemplo, se parte das mudanças na criminalidade juvenil puder ser atribuída a um impacto sobre a renda decorrente da expansão educacional, isso se refletiria em diferenças em medidas relacionadas à produtividade, como a obtenção de qualificações mais elevadas, níveis salariais e taxas de desemprego entre cortes tratadas e não tratadas.

4.5 Meios de Combate à Violência: A Contribuição da Educação na Redução da Criminalidade

A educação de qualidade é um instrumento eficaz que pode ajudar a reduzir os índices de criminalidade, contudo é necessário que a educação atue de forma preventiva para que se envolva cada vez menos na esfera criminal.

Como defendido por Freire (2016) e outros teóricos, a educação tem, sem dúvida, o potencial de promover uma convivência mais pacífica e respeitosa entre os seres humanos. O crime, por sua vez, deve ser compreendido de maneira dialética e dinâmica, sendo estudado em profundidade para identificar os principais fatores que o desencadeiam. Essa análise é crucial para desenvolver políticas públicas eficazes no combate ao crime. Compreender a política educativa como uma ferramenta essencial para promover a cidadania e construir uma sociedade onde o respeito mútuo seja universal é fundamental para qualquer comunidade que deseje melhorar seus índices de civilidade e fomentar atitudes eficazes.

Deve haver uma reflexão contínua sobre o verdadeiro papel da educação como elemento dissuador do comportamento criminoso, uma reflexão sobre a relação existente com o direito penal e a identificação de práticas educativas que possam ser implementadas através de políticas públicas eficazes.

De conformidade com a Constituição Federal, art.1.º, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são princípios fundamentais. A educação desempenha um papel especial neste sentido. Precisa ser entendido como um processo contínuo relacionado às diversas oportunidades de aprendizagem ao longo da vida de um indivíduo (Brasil, 1988).

A responsabilidade da educação na redução da criminalidade centra-se mais no discurso ideológico do que na prática eficaz. Os métodos de prevenção são mais eficazes do que a própria punição.

A compreensão do papel da educação de qualidade na redução do comportamento criminoso necessita de um apelo à ação para que o poder público possa enfrentar as barreiras que têm impedido as escolas de cumprirem a sua obrigação de proporcionar aos cidadãos o direito de viver numa sociedade justa e igualitária, conforme prescreve a CF/88. É imprescindível que o Estado amplie prontamente seus esforços, elaborando políticas públicas impactantes e fomentando medidas proativas.

Segundo Freire (2016), a importância da educação de qualidade na redução do comportamento criminoso não pode ser exagerada. O autor defende que a eficácia da educação está diretamente ligada à capacidade de pensar crítica e reflexivamente. Para conseguir isso, a educação deve fornecer aos indivíduos as ferramentas necessárias para ir além de uma compreensão simplista da realidade e abraçar uma perspectiva mais analítica.

Para alcançar a desejada redução da criminalidade, é imperativo alocar recursos para Políticas Educacionais Preventivas. O Ministério da Educação e Cultura implementou diversas iniciativas para melhorar a frequência escolar, melhorar a acessibilidade e incentivar a conclusão da educação básica. Não obstante, os objetivos traçados no Plano Nacional de Educação (PNE) (2011-2020) ainda permanecem uma realidade distante (MEC, 2016). Nesse contexto é imperativo que o governo e a sociedade colaborem para traçar estratégias tangíveis e impactantes em vários setores da governança pública, com o objetivo final de melhorar medidas de segurança.

4.6 Educação, Caminho de Combater à Criminalidade

O conceito aqui apresentado destaca a crença de que a educação abrange mais do que apenas o ensino acadêmico, compreende também um aspecto moral e humanístico. Através da educação, os indivíduos têm a oportunidade de introspectar e contemplar a si próprios e ao mundo que habitam, levando-os, em última análise, a descobrir o significado e a direção das suas próprias vidas.

A declaração de Rocca sublinha a ideia de que a educação serve um duplo propósito: não apenas como veículo para a aquisição de conhecimento, mas também como um instrumento potente para o desenvolvimento pessoal e mudança social. A educação capacita os indivíduos a descobrirem os seus valores genuínos, promovendo um sentimento de pertença e permitindo-lhes fazer contribuições valiosas para as suas comunidades.

Sem a presença da educação, é impossível estabelecer uma convivência pacífica entre indivíduos e nações, onde as diferenças sejam respeitadas e se esforcem para superar as desigualdades. A educação desempenha um papel duplo neste processo: promove o crescimento e o desenvolvimento das personalidades individuais, ao mesmo tempo que promove uma mentalidade de compreensão e respeito pelas diversas perspectivas. Essa combinação cria uma atmosfera de convivência harmoniosa em escala global.

Como afirma Paro (2009, p.124),

O Brasil detém a terceira pior renda de desigualdade de renda dentre 162 países do mundo. O índice de desenvolvimento humano (IDH) médio do Brasil, determinado por indicadores de renda, educação e saúde, é 0,739 o que coloca o país na 79ª posição dentre os mesmos 162 países acima referidos.

A importância da educação nas políticas públicas destinadas a prevenir e diminuir a criminalidade juvenil é sublinhada pela observação de Fernandes. É amplamente reconhecido que a educação desempenha um papel fundamental no combate às preocupações relacionadas com a criminalidade, oferecendo aos jovens a oportunidade de se afastarem da delinquência e de se absterem de se envolverem em comportamentos criminosos.

Ao enfatizar a urgência de melhorar o sistema educativo, particularmente no setor público, o autor sublinha a necessidade de enfrentar vários desafios que dificultam o cumprimento do papel crucial da educação na dissuasão da delinquência juvenil.

A complexidade de melhorar o sistema educativo é sublinhada por esta análise, enfatizando a necessidade de uma estratégia holística e diversificada para abordar questões relacionadas com a educação e a prevenção da criminalidade juvenil. Isto engloba não só investimentos em instalações e materiais educativos, como também a formulação de políticas e a implementação de práticas que promovam a justiça, a inclusão e a excelência educativa em todos os níveis educativos.

Segundo Soares (2013), a ausência de oportunidades é uma preocupação premente. Ele enfatiza que enquanto uma parte considerável dos jovens for privada de uma educação de qualidade, serão forçados a entrar na espiral descendente do desemprego, do subemprego e da participação em economias ilícitas. É essencial que os intervenientes sociais reconheçam que o crime e a violência não são apenas problemas sociais, mas também preocupações de saúde pública.

A correlação entre educação de qualidade, perspectivas de emprego e prevenção do crime é sublinhada pela análise de Soares. Ele sublinha que a falta de oportunidades educativas. Além disso, Soares afirma que o crime e a violência devem ser vistos como preocupações de saúde pública, indicando que a abordagem destas questões deve envolver mais do que apenas ações punitivas. Devem também ser implementadas intervenções preventivas que visem as causas profundas, como a falta de oportunidades educativas e económicas.

Na análise realizada por Soares (2013), nota-se que a saúde desempenha um papel estratégico no estabelecimento de uma rede de cuidado e apoio aos indivíduos atingidos pela violência. Isto acontece porque os serviços de saúde servem como um ponto de entrada vital para as vítimas que procuram assistência.

As conclusões de Soares sublinham o papel essencial que a saúde desempenha no combate à violência e na prestação de ajuda às pessoas afetadas. Além de tratar

lesões físicas resultantes de atos de violência, os serviços de saúde são fundamentais para identificar, encaminhar e oferecer apoio às vítimas.

Desse ponto de vista, Jacob; Lefgren (2003) enfatiza a importância de dissipar a noção de que a violência é um aspecto inerente à natureza humana. Em vez disso, uma série de medidas dirigidas a indivíduos, famílias e comunidades são utilizadas para evitá-la. Além de intervenções legais e medidas de segurança, defende-se uma apresentação ampla que discuta os fundamentos sociais, psicológicos, económicos e comunitários da violência. Este debate dota os decisores políticos de uma gama diversificada de opções tangíveis para impedir eficazmente a violência.

A perspectiva de Jacob e Lefgren (2003) grifa os aspectos intrincados da prevenção da violência e a necessidade de um questionamento holístico que supere a mera punição ou medidas de segurança. Salienta que a violência não é uma característica inata da humanidade, indicando assim que pode ser evitada através de uma série de estratégias dirigidas a indivíduos, famílias e comunidades.

Segundo Kaloustian (2015), é fundamental que a família priorize o envolvimento ativo em todos os aspectos da vida dos filhos. Este nível de presença requer dedicação, comprometimento e cooperação. É importante além do reconhecimento dos desafios cognitivos, a discussão das dificuldades comportamentais.

Envolver-se ativamente na vida dos seus filhos, estar acessível para ouvir, prestar assistência e oferecer orientação, bem como participar em escolhas que impactam o seu crescimento e bem-estar, é o que significa estar presente. Isto envolve estar atento não apenas aos desafios cognitivos, como obstáculos de aprendizagem, mas também aos desafios comportamentais, incluindo questões relacionadas à disciplina, conexões interpessoais e bem-estar mental.

Segundo Soares (2013), o tema proposto poderia incluir temas como a relação entre pais e filhos, as ações e atitudes das crianças em casa e na escola e a responsabilidade da família pela educação dos filhos. Essas questões são cruciais para a compreensão da dinâmica das relações familiares. A disciplina com foco em segurança pública, tem como objetivo promover o envolvimento das escolas e das famílias na educação de crianças, adolescentes e jovens, bem como facilitar a interação entre eles. O relacionamento familiar sempre será um aspecto de destaque nos conteúdos estudados nesta nova disciplina.

A perspectiva educacional de Soares (2013) destaca a educação formal como um elemento-chave na redução da violência e da criminalidade. Ele enfatiza que esse debate

exige um compromisso direto tanto do poder público quanto das famílias dos alunos. Ao trabalhar em conjunto, esses atores podem criar um ambiente educacional que fornece conhecimento acadêmico e promover valores, habilidades sociais e emocionais que são essenciais para prevenir comportamentos violentos.

Ao investir na educação como uma ferramenta de prevenção da criminalidade, o Estado pode colher uma série de benefícios. Primeiramente, uma educação de qualidade pode ajudar a capacitar os jovens, oferecendo-lhes oportunidades de emprego e perspectivas de futuro que os afastam do caminho da criminalidade. Além disso, ao promover um ambiente escolar seguro e acolhedor, a educação pode ajudar a reduzir os factores de risco para a violência, como o bullying e a exclusão social.

4.7 O Impacto da Educação Integral e em Tempo Integral na criminalidade

De acordo com um estudo desenvolvido por *Machin; Marie.; Vujic (2012)*, foram encontrados três factores principais que influenciam o crime. O primeiro factor está relacionado ao nível de paciência e aversão ao risco de um indivíduo. Aqueles que são mais pacientes tendem a dar prioridade aos rendimentos futuros em detrimento dos ganhos imediatos, enquanto os indivíduos valorizam recompensas futuras em comparação com recompensas imediatas têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco. Consequentemente, o abandono escolar aumenta a probabilidade de os jovens se envolverem em comportamentos de risco, ao passo que a educação promove a paciência e reduz o risco de realização de atividade criminosa.

O segundo mecanismo é o chamado "efeito renda". A educação eleva os retornos do trabalho legítimo ao aumentar o capital humano, o que, por sua vez, torna a atividade criminosa e a possibilidade de apreensão mais onerosas. Isso ocorre não apenas pelo tempo investido na formação educacional, mas também pelos custos associados à prática do crime.

O terceiro mecanismo, muito discutido na literatura, ocorre através da "incapacitação". Em outras palavras, um indivíduo não pode estar na escola e cometer um crime ao mesmo tempo. Portanto, o tempo passado nas instituições escolares desempenha um papel muito importante na prevenção. No entanto, também pode ter o efeito indesejado de aumento da criminalidade através do "efeito concentração", postula

que passar parte do dia num grupo de jovens abre a porta ao conflito interpessoal, à propagação de ideias perigosas (menores custos de comunicação) e divulgação.

Jacobe e Lefgren (2003) analisaram um conjunto de cidades americanas na década de 1990 e descobriram os índices de cometimento de condutas criminosas eram mais altos após o horário escolar durante o ano letivo e nos fins de semana ou noites de feriados, apoiando a alegação. Contudo, ainda no contexto dos Estados Unidos, resultados obtidos anteriormente por mostraram que 57% dos crimes violentos cometidos por jovens ao longo do ano neste país ocorreram dentro de 180 dias de atividades escolares, sugerindo que os resultados vão contra uma ligação entre as escolas e o aumento da violência juvenil. Portanto, com base nesta discussão, os autores diferenciam as categorias de crimes para analisar como os resultados variam de acordo com a maior especificidade do comportamento.

Isto poderia proporcionar vigilância, estruturas e atividades que reduzissem os crimes contra a propriedade (efeito de incapacitação), ao mesmo tempo que aumentavam os níveis de interação entre os jovens, conduzindo a uma maior probabilidade de conflitos violentos (efeito de concentração), criando assim dificuldades no comércio de políticas públicas.

Ahmed, Abdullah e Akhtar (2019) realizaram um estudo sobre a relação entre educação e criminalidade. Eles descobriram que aumentar o nível de escolaridade de um indivíduo pode reduzir significativamente as taxas de criminalidade, além de ajudar a mitigar a pobreza e o desemprego. A educação, portanto, não só afeta diretamente as taxas de criminalidade, mas também contribui indiretamente ao diminuir os impactos da pobreza e do desemprego.

Quanto aos benefícios dos programas de educação integral, um estudo recente realizado por Dinate (2017) analisou o impacto em El Salvador. Os alunos do programa tinham entre 10 e 16 anos e os resultados também foram animadores: após a implementação das atividades pós-turno, o absenteísmo foi reduzido em 23% e os desvios de desempenho acadêmico no ano variaram de 0,11 a 0,13. Em última análise, o número de denúncias de má conduta diminuiu 0,17 desvios-padrão, principalmente devido a mudanças no comportamento altamente violento dos alunos.

No Brasil, Chioda, Mello e Soares (2016) estudaram o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na delinquência juvenil. A condição do programa de transferência de renda é que, para que o cidadão receba o benefício mensal, ele deve garantir que seus filhos frequentem a escola. Mais especificamente, o estudo utilizou dados escolares e

criminais da cidade de São Paulo e mostrou que a expansão do PBF entre 2006 e 2009, equivalente a mais 59 alunos por escola, resultou em uma redução de 21% na criminalidade escolar na comunidade.

A queda das taxas de homicídio entre jovens desde a entrada em escolas integrais é de 30 a 40%. Em uma mesma região, cidades que têm Ensino Médio integral reduziram em até 50% a taxa de homicídios.

Os estudantes do Ensino Médio Integral segundo Barros et al. (2020) consideram suas escolas mais seguras que aqueles de escolas regulares. A ampliação da jornada escolar, aliada ao modelo pedagógico integral, está relacionada à percepção de menores índices de violência na escola.

4.8 A Política Educacional no Contexto Cearense

O impacto das mudanças na política educacional foi sentido em toda a federação, levando à transferência da responsabilidade pelo ensino fundamental para os municípios. Além disso, parte dos recursos financeiros foi destinada ao apoio à formação educacional por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Ensino (FUNDEF), criado em 1998 para prestar assistência financeira ao avanço da educação municipal.

O Estado do Ceará, na região Nordeste, destacou-se por alcançar resultados positivos, incluindo um aumento significativo de 35,4% nas matrículas no ensino primário entre 1995 e 2000. Esses indicadores superam os da região Nordeste e do Brasil durante o mesmo período (Naspolini, 2005).

Em 1985, o processo de redemocratização iniciou um afastamento dos modelos anteriores de gestão. Isso marcou o surgimento do mudanismo, movimento político-econômico que se opôs ao coronelismo e abriu caminho para uma série de reformas estatais. A transformação da educação no Estado do Ceará começou em 1995 e foi construída sobre três alicerces principais: um reconhecimento claro da necessidade de mudança, conforme evidenciado pelos planos governamentais que abrangem mais de uma década; um clima econômico e político favorável; e o estabelecimento de um mecanismo de participação social (Naspolini, 2005).

A expansão das oportunidades educacionais para todos os indivíduos no Ceará foi alcançada através do envolvimento ativo de vários setores da sociedade. Isto incluiu

reuniões regionais, discussões técnicas, debates públicos e a organização de eventos públicos. Além disso, a criação do Fórum Permanente de Educação em 1996, a colaboração entre a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) e as Universidades e do Encontro Justiça na Educação – Um Pacto Cearense em 1997 foram fundamentais para promover e apoiar a democratização da educação. Esses esforços resultaram em avanços significativos na gestão educacional e no desenvolvimento de práticas técnico-pedagógicas no Ceará (Naspolini, 2005).

Os indicadores educacionais no Ceará, apresentados por diversas organizações de pesquisa, suscitaram discussões entre autoridades governamentais e o público a respeito das reformas necessárias no sistema educacional do Estado. Estas discussões enfatizaram a importância de receber feedback sobre as iniciativas governamentais. Consequentemente, três fatores-chave desempenharam um papel crucial na colocação da reforma educacional no Ceará na agenda política.

1. Aqueles em posições de autoridade perceberam um consenso no clima nacional que apoiava o tema em questão.

2. A sociedade civil e indivíduos influentes estiveram ativamente envolvidos em discussões e na formulação de estratégias para abordar questões prementes como o analfabetismo e as taxas de abandono escolar.

3. Reformas governamentais, como a implementação de processos competitivos para contratação de gestores e professores (Sumiya, et al, 2017).

Para superar os desafios enfrentados, o Ceará implementou um modelo de reforma que abraçou um processo de tomada de decisão caracterizado por um fluxo contínuo entre os níveis hierárquicos superiores e a base. Essa abordagem mostrou-se resiliente às pressões políticas e econômicas, pois promoveu um processo democrático de tomada de decisão sustentável e adaptável às mudanças (Naspolini, 2005).

O progresso alcançado no Ceará entre 1995 e 2000 pode ser atribuído à implementação do Plano Decenal de Educação para Todos (PDEPT), que foi aprovado pelo MEC em 1994. Este plano reflete o endosso do governo brasileiro às teorias e estratégias formulados em fóruns internacionais de educação, enfatizando a importância do acesso universal à educação, da qualidade do ensino e da valorização dos educadores e da gestão democrática. Esses princípios são particularmente evidentes em duas áreas fundamentais: a gestão educacional e o desenvolvimento técnico-pedagógico (Chioda, Mello e Soares, 2016).

O regime de colaboração, que já existia no Ceará antes das reformas educacionais, foi oficialmente solidificado com a implementação da constituição de 1988 em todos os Estados e municípios do país. Este regime promove a colaboração e a cooperação entre os três níveis de governo – União, Estados e municípios – fomentando uma relação de apoio mútuo e abrindo novos caminhos para potenciais ações a serem desenvolvidas por essas entidades. Especificamente no Ceará, o regime de colaboração foi estabelecido após a adoção da Constituição do Estado em 1989 e continua a evoluir e se desenvolver até hoje (Ramos, 2004).

Embora a municipalização da educação nem sempre implique uma parceria harmoniosa entre o Estado e os municípios, é fundamental para a transição suave da responsabilidade na oferta da educação básica. A colaboração entre Estados e municípios, apesar de conflitos ocasionais, serve de base para a criação e execução de políticas voltadas à alfabetização, à inclusão social, à administração democrática, ao reconhecimento e apoio aos professores e à igualdade de acesso à educação. Por meio de diversas estratégias e iniciativas, foi estabelecida uma grande rede de ações que abarca toda a região do Ceará, resultando em conquistas notáveis nas avaliações educacionais no Estado (Ramos, 2004).

A questão principal neste contexto específico passou do simples fornecimento de acesso à educação para a tarefa mais complexa de integração dos estudantes no sistema educativo. Isto exige uma abordagem que englobe políticas sociais, garantindo não só a matrícula nas escolas, mas também promovendo a retenção dos alunos e o desempenho acadêmico. Para resolver isso, diversas medidas foram implementadas, incluindo formação de professores, programas de alfabetização precoce e acompanhamento pedagógico (Naspolini, 2005). A introdução de avaliações externas exigidas a nível nacional e estatal, começando com o SPAECE em 1992 e incorporando posteriormente o SPAECE ALFA em 2007, facilitou uma identificação mais direcionada e eficaz dos desafios e das intervenções subsequentes (Becskeházy, 2018).

Em 2004, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a criação do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE). Este comitê funciona como uma entidade diversificada, democrática e representativa, promovendo a colaboração entre a sociedade civil e duas áreas principais de enfoque: investigação e mobilização social. Os objetivos principais do CCEAE incluem a realização de investigações para avaliar os níveis de alfabetização em vários municípios, identificando as intervenções e condições necessárias nas escolas, departamentos e entre

os professores para garantir resultados de alfabetização bem-sucedidos, e avaliando a eficácia dos programas e instituições de formação para os professores envolvidos (Sumiya, et al, 2017).

O CCEAE lançou luz sobre a cultura generalizada de insucesso acadêmico e seu impacto negativo na educação tanto no Estado quanto nos municípios. Esta revelação foi crucial para todas as partes interessadas envolvidas no combate ao analfabetismo (Becskeházy, 2018). Além disso, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi introduzido em 2007 no Estado do Ceará e rapidamente adotado por 184 municípios. Este programa foi desenhado alinhado aos princípios do CCEAE, que prioriza a aprendizagem dos alunos por meio de uma abordagem transformadora da gestão escolar e municipal (Sumiya, et al, 2017).

Ao longo de 18 meses, o Comitê empreendeu diversas ações para mobilizar apoio. Isso incluiu a organização de dois seminários em Fortaleza, a realização de sete audiências públicas na capital e em outras grandes cidades da região e a realização de seis reuniões plenárias. Estes eventos proporcionaram uma plataforma para a sociedade civil, especialmente os educadores, participarem em discussões sobre a importância da alfabetização das crianças. Especialistas foram convidados a partilhar as suas ideias e os dados de três inquéritos foram divulgados durante estas reuniões. Como resultado destas iniciativas, a fase inicial do programa PAIC, conhecida como fase do projecto piloto, foi lançada em 2005-2006. Eventualmente, em 2007, fez a transição para uma política pública estadual (Sumiya, et at, 2017).

O objetivo do PAIC (Programa Alfabetização na Idade Certa) é garantir que todos os alunos das escolas públicas estaduais, até os sete anos de idade, tenham acesso à alfabetização. Para atingir este objectivo, o Estado colabora com os municípios, desempenhando um papel crucial na coordenação da implementação das cinco áreas principais de enfoque do PAIC. Estas áreas incluem a Gestão Municipal, que envolve dotar os municípios das ferramentas necessárias para o planeamento e avaliação da educação. Adicionalmente, a Avaliação Externa é realizada por meio de uma prova diagnóstica em larga escala desenvolvida pelo Sistema de Avaliação da Educação Permanente - Alfabetização (SPAECE Alfa). O programa também enfatiza a importância da alfabetização, proporcionando aos professores recursos para aprimorar suas práticas pedagógicas. Além disso, a iniciativa visa ampliar o acervo literário regional por meio da promoção da Literatura Infantil. Por fim, a Educação Infantil é priorizada por meio da construção de Centros de Educação Infantil e da oferta de

oportunidades de desenvolvimento profissional para educadores da área (Sumiya, et al, 2017).

Para incentivar uma maior participação dos municípios, o Programa Alfabetização na Idade Certa implementou uma série de incentivos institucionais. Em 2007, foram feitas modificações nos critérios de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vinculando a distribuição a indicadores de saúde, educação e meio ambiente. Isso significa que os municípios que obtiverem melhores médias receberão mais recursos financeiros. Além disso, a criação do prêmio Escola Nota Dez oferece um incentivo institucional ao reconhecer as 150 melhores escolas com base no seu índice de Desenvolvimento Escolar. Essas escolas têm a oportunidade de receber uma segunda parte do prêmio caso mantenham ou melhorem seus indicadores do ano anterior e/ou colaborem com instituições que possuem níveis educacionais mais baixos (Sumiya, 2017).

4.8.1 Descrição do programa de educação integral adotado na cidade de Sobral-Ce

A Política Educacional de Sobral é um excelente exemplo de inovação educacional no Estado do Ceará. Ao longo da história, a inovação tem sido uma presença constante no campo da educação, adaptando-se e evoluindo juntamente com as mudanças sociais. Menezes e Santos (2013) destaca a diversidade de terminologia utilizada para descrever este fenômeno, incluindo inovação educativa, educação inovadora, inovação educativa com impacto e inovação na educação. À medida que os acadêmicos se aprofundam no conceito de inovação educacional, esforçam-se por estabelecer as suas próprias definições únicas, levando à falta de consenso sobre o seu significado preciso.

Com base em pesquisas realizadas na área da educação, a inovação pode ser categorizada em quatro grupos distintos. Estas categorias baseiam-se na análise de artigos científicos que exploram o conceito de inovação na educação. A primeira categoria define a inovação como uma ferramenta para implementar novos métodos para melhorar as práticas educativas. A segunda categoria vê a inovação como uma modificação do currículo existente. A terceira categoria considera a inovação como sinónimo de mudança e reforma educativa. Por último, a quarta categoria define

inovação como uma mudança nas práticas educativas habituais dentro de um grupo social específico (Menezes e Santos, 2013).

Além disso, Saviane (2008) identificou quatro níveis de inovação na educação, a partir do ensino tradicional. O primeiro nível envolve mudanças mínimas nos métodos de ensino, mantendo intactas as instituições e seus propósitos. O segundo nível implica mudanças substanciais nos métodos de ensino. O terceiro nível mantém os propósitos educacionais, mas utiliza formas e métodos não institucionalizados para alcançá-los. Finalmente, o quarto nível envolve uma reformulação completa dos propósitos da educação.

O âmbito da educação passa por reformas que podem ser analisadas a partir de três perspectivas distintas: social, institucional e pessoal. Do ponto de vista social, as mudanças educativas são vistas como um processo multifacetado influenciado por factores sociais, políticos, ideológicos e culturais que dependem do contexto específico em que ocorrem. Na dimensão institucional, as escolas são percebidas como organizações que enfrentam vários desafios e dinâmicas, englobando avanços e retrocessos bem-sucedidos, juntamente com práticas educacionais estabelecidas. Por último, a dimensão pessoal gira em torno do processo de aprendizagem e do papel que os indivíduos desempenham no apoio ou na rejeição da implementação de reformas. O avanço da inovação depende das fases de tomada de decisão, definição de processos e estratégias de intervenção implementadas tanto a nível micro como macro.

Ao examinar o contexto em que a mudança ocorre, é importante considerar vários níveis, como sublinha Tavares (2019). Esses níveis incluem o nível micro, que pertence à sala de aula; o nível meso, que abrange a escola e os atributos pessoais dos administradores e líderes comunitários – reconhecendo que uma liderança eficaz e um ambiente organizacional favorável são propícios à inovação; e o nível macro, que envolve o Estado, as políticas nacionais e as tendências internacionais. Tem sido realizada extensa investigação no domínio da mudança e inovação educativa, com foco em cada um destes níveis (Tavares, 2019).

Para ser considerada inovadora, uma escola deve ir além das fronteiras tradicionais, proporcionando formação fora da sala de aula, colaborando com diferentes organizações, abraçando o pensamento criativo para navegar pela complexidade, promovendo uma cultura de inovação, garantindo a eficácia dos professores tanto na vida escolar quotidiana. e processos de tomada de decisão, sendo adaptável a rupturas e mudanças, incorporando conhecimentos de neurociência para melhorar a aprendizagem

e o ensino, envolvendo-se com novas configurações sociais e ao mesmo tempo defendendo a ética, promovendo autonomia e responsabilidade na educação, executando planos de forma eficaz, e reconhecendo e valorizando os aspectos emocionais de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (Nogaro; Battestin, 2016).

A questão de melhorar a qualidade da educação no Brasil e adotar uma abordagem mais diversificada ao processo de aprendizagem destaca a necessidade de dismantlar as práticas escolares tradicionais. Isto significa que devemos ampliar a nossa compreensão de como o acesso à educação de alta qualidade é realizado. Atualmente, o foco não está apenas em proporcionar acesso à educação, mas sim na transformação dos quadros jurídicos, dos planos educativos nacionais, estaduais e locais e dos métodos pedagógicos. Estas mudanças visam promover uma educação inclusiva, democrática e moralmente sólida, com uma forte ênfase na implementação de iniciativas inovadoras.

Sobral, como município, destaca-se no pioneirismo nesse campo e serve de modelo para todo o Estado. As intervenções educativas implementadas em Sobral podem ser descritas como a impetração de iniciativas revolucionárias. Independentemente da abordagem específica adotada para introduzir a novidade na educação, é fundamental reconhecer que este processo envolve mudanças deliberadas e estratégicas destinadas a dotar as organizações, instituições ou sistemas das capacidades necessárias para atingir os objetivos que impulsionam a própria inovação (Teixeira, 2010). Esta abordagem à inovação está intimamente ligada ao conceito de renovação pedagógica.

Ao incorporar conceitos atuais existentes e com base nos insights de Nogaro e Battestin (2016), argumentam que a inovação não consiste em inventar algo inteiramente novo, mas sim em reinventar e reimaginar ideias existentes para criar surpresa, pode-se concluir que abordagens modernas foram implantadas com sucesso na rede de ensino de Sobral tanto para as séries iniciais quanto para as finais do ensino fundamental. Como resultado, o plano educacional de Sobral é um testemunho do pioneirismo das políticas públicas de educação no Estado do Ceará e em todo o Brasil.

Sobral, a quinta maior cidade do Ceará, pode não ser considerada rica com sua população de pouco mais de 205 mil habitantes e um PIB anual de R\$ 4 bilhões (IBGE, 2015). Porém, quando se trata de educação, Sobral é um caso excepcional. Em um feito inovador, a cidade obteve as maiores notas do país nas duas etapas do ensino fundamental, com notáveis notas 9,1 (1º ao 5º ano) e 7,2 (6º ao 9º ano), segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2017 (Ideb), divulgado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão

vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Vale ressaltar que cinco das 10 melhores escolas públicas do Brasil nesse nível de ensino estão localizadas em Sobral.

O Ipea relata que o notável avanço da educação pública em Sobral desempenhou um papel fundamental no aumento vertiginoso da renda per capita do município em 125% em um período de vinte anos. Das 100 escolas de 1ª a 5ª série de maior destaque no país, impressionantes 82 estão localizadas na região Nordeste, sendo 34 delas situadas em Sobral, respondendo por 88% da rede municipal.

Nessas etapas, as notas médias das redes pública e privada foram de 5,8 e 4,7, respectivamente, contribuindo para a média nacional. O Ideb, que é avaliado a cada dois anos, leva em consideração os índices de aprovação do Censo Escolar e o desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), abrangendo todos os níveis de governo. Notavelmente, o ensino fundamental no Brasil tem visto melhorias significativas, especialmente no primeiro ciclo. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) informou que dos 5.167 municípios avaliados em 2017, 3.612 (69,9%) cumpriram com êxito a meta de desempenho desta etapa.

O progresso em Sobral foi notavelmente rápido. No primeiro ano do Ideb, 2005, a cidade obteve notas de 4,0 (para anos iniciais) e 3,3 (para anos finais), muito próximas da média nacional de 3,8 e 3,5, respectivamente. No entanto, com uma melhoria significativa de 127% e 124% em 2017, Sobral saiu da 1.366ª posição para ocupar o primeiro lugar no ranking da educação básica brasileira. O orçamento educacional destinado às escolas locais em 2019 é de aproximadamente R\$ 172 milhões, atendendo uma população estudantil de 33,8 mil.

Um avanço significativo no setor educacional de Sobral foi a implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) em 2001. Esse programa estabeleceu dois objetivos principais para o sistema educacional local: garantir que crianças de 0 a 7 anos adquiram habilidades de alfabetização, e capacitá-las a adquirir proficiência em português e matemática ao concluir o ensino fundamental.

Sobral, como muitas outras cidades do Brasil, ainda não conseguiu eliminar o acúmulo de crianças que aguardam para matricular-se em creches. Do total de crianças de 0 a 3 anos, apenas metade está alojada nos 15 Centros de Educação Infantil (CEI). Esta faixa etária é de extrema importância para os governos locais e a oferta atual de Sobral supera a média nacional. Quanto à pré-escola, estão atualmente matriculadas todas as 9.656 crianças entre 4 e 5 anos.

A cidade de Sobral, no Ceará, possui uma iniciativa educacional excepcional conhecida como Programa Sobral Educação 100% Integral. Este programa inovador, lançado em dezembro de 2022, tem como objetivo abranger todas as instituições de ensino da cidade e do Estado, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A iniciativa deverá beneficiar cerca de 43 mil alunos. Notavelmente, Sobral orgulha-se atualmente de ter 14 escolas a tempo inteiro totalmente operacionais.

O objetivo é tornar a educação integral universalmente acessível, reforçando o bem-sucedido modelo de educação pública de Sobral no Brasil. De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o município possui nove entre as 100 melhores escolas do país. O plano implica uma introdução faseada do ensino completo, começando com o 9.º ano em 2023 e progredindo para o 8.º ano no ano seguinte, e assim por diante. Consequentemente, no próximo ano, todas as escolas oferecerão pelo menos uma turma utilizando esta abordagem de ensino. A implementação deste programa necessita de um investimento superior a R\$ 140 milhões, que será destinado à construção de novas escolas de ensino fundamental (I e II), Centros de Educação Infantil e escolas de ensino médio.

Sobral está liderando o país ao introduzir um programa inovador que oferece educação 24 horas por dia para todos os alunos do sistema público de educação básica. Esta iniciativa inovadora visa oferecer uma educação excepcional e abrangente aos estudantes da área.

No que diz respeito à questão da qualidade da educação, Lima (2018) observa que a melhoria deste indicador só pode ser alcançada através da implementação de políticas públicas duradouras, organizadas e abrangentes. Ela enfatiza que a melhoria da qualidade da educação não pode ocorrer da noite para o dia, pois é uma tarefa muito mais desafiadora em comparação com a melhoria dos indicadores de acesso, que requerem simplesmente investimento. Lima explica que melhorar a qualidade exige investimento, gestão eficaz e uma iniciativa político-educativa bem definida.

O resultado excepcional observado em Sobral pode ser atribuído à notável qualidade do ensino fundamental, avaliada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo Hebert Lima, secretário de Educação do município, essa conquista marcante é consequência direta de uma reforma educacional criada há vários anos. Esta reforma teve um impacto profundo nos princípios fundamentais que regem a administração municipal local.

Ao proporcionar esse tipo de educação, os estudantes não só beneficiarão de um tempo de instrução alargado, mas também terão a oportunidade de se envolverem numa variedade de assuntos. Ao lado das disciplinas tradicionais de português, matemática e história, os discentes também se aprofundarão em atividades artísticas, musicais e atléticas. Além disso, eles podem optar por disciplinas eletivas que envolvem temas interdisciplinares como alfabetização financeira, desenvolvimento pessoal, patrimônio comunitário, comunicação eficaz e promoção de competências socioemocionais.

Em Sobral, o Estado supervisiona atualmente o funcionamento de 17 estabelecimentos de ensino, sendo que 13 deles já oferecem ensino inclusivo. As restantes instituições deverão adotar este modelo até o final deste ano de 2024. Adicionalmente, está em curso a construção de quatro novas escolas. Caso a meta de universalização da educação seja alcançada, a prefeitura prevê atender uma população estudantil superior a 43 mil.

5 PASSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descreveu-se a estratégia metodológica norteadora da investigação da dissertação. É detalhada a natureza da pesquisa estabelecendo a tipologia, as técnicas de coleta e análise de dados, bem como a descrição dos participantes da pesquisa.

5.1 Natureza da Pesquisa

O presente estudo é de natureza exploratória-descritiva e apresenta abordagem qualitativa. A tipologia de pesquisa, quanto ao procedimento, cuja natureza empírica investiga um determinado fenômeno, geralmente contemporâneo, dentro de um contexto real (Tozini-Reis, 2012).

Dada à importância e especificidade de cada aspecto abordado, todos foram devidamente apresentados, começando pela fase exploratória que visa conhecer a variável da pesquisa, seu significado e o contexto em que se insere. Compreende a escolha do tema, as características do objeto, seus objetivos, bem como a delimitação de problema (Minayo *et al.*, 2015). Ao associar este tipo de estudo com a pesquisa que foi desenvolvida, ou seja, sua utilidade verificou-se que os dados foram explorados tanto na literatura pertinente quanto na pesquisa de campo.

Gerhardt e Silveira (2012) relatam que a pesquisa exploratória se caracteriza pelo enfoque interpretativo. Desse modo, este tipo de pesquisa, estimula os entrevistados a pensarem sobre um tema, mostrando aspectos subjetivos para que respondam de maneira espontânea.

O estudo descritivo, na visão de Trivinos (2010), é uma abordagem onde se realiza os resultados, as análises e interpretações da natureza atual da realidade e suas condições dominantes, empregando-se para este fim a comparação e o contraste. Ao associar este tipo de estudo com a pesquisa que foi desenvolvida, verificou-se que os dados foram analisados, interpretados e descritos, conforme o autor.

A abordagem qualitativa é construída de modo diferente por cada pessoa, nela, o pesquisador deve interagir com o objeto e sujeito pesquisado, a fim de dar vozes a eles para construir uma teia de significados (Cheuke; Lima, 2012). O pressuposto que fundamenta essa situação é de que “a realidade pode ser vista por diferentes

perspectivas, não havendo uma única que pode ser a mais verdadeira” (Ludke; André, 2010, p.20).

5.2 Universo da Pesquisa

De acordo com Marconi e Lakatos (2012), o universo da pesquisa é o conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum; no caso desse estudo trata-se de elementos cujas características comuns são os processos educativos envolvidos com a educação de jovens e adultos de instituições públicas no município de Sobral-Ce.

A pesquisa foi realizada em 03 (três) escolas de educação básica de educação integral em tempo integral do município de Sobral-Ce. A escolha das escolas para a pesquisa foi para ter um parâmetro entre as linhas metodológicas das três escolas.

Participaram da pesquisa 131 alunos, 32 pessoas da comunidade pesquisada e 28 profissionais de educação (professores e grupo gestor).

Quadro 1. Distribuição dos alunos e séries nas três escolas pesquisadas

Escolas	Séries	Nº de Alunos
Escola de Tempo Integral Leonel Brizola	5º ano	27
Escola Municipal de Tempo Integral Professor Edgar Linhares Lima	8º e 9º anos	60
Escola Estadual de Educação Profissional Professora Lysia Pimentel Gomes Sampaio	1º, 2º e 3º anos	44
Total de alunos		131

Fonte: Elaborada pela autora

5.2.1 Características geográficas da localização das escolas pesquisadas

As escolas pesquisadas localizam-se na cidade de Sobral-Ce. O município de Sobral possui 205.529 habitantes e está situado na zona norte do Estado do Ceará. A cidade de Sobral surgiu da estratégia de colonização portuguesa do início do século XVII, de colonizar o sertão cearense, a partir da doação de terras para o desenvolvimento de atividades de cultivo de gado, como atividade principal. A facilidade do pasto para a criação de gado fez nascer o povoado da Fazenda Caiçara, que começou o seu desenvolvimento com o estabelecimento de várias moradias nos seus arredores, dando origem ao município de Sobral.

O município de Sobral limita-se ao Norte com os municípios de Meruoca, Massapê e Santana do Acaraú, ao Sul com Santa Quitéria, Groaíras e Cariré e a Leste com os municípios Mirafíma, Irauçuba e Canindé e a Oeste com Coreaú, Mucambo e Alcântaras, tem uma extensão de 2.122,98km² e distam 235 km de Fortaleza.

O município possui 12 (doze) distritos que são: Aprazível, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patos, Patriarca, São Jose do Torto, Taperuaba e Aracatiaçu.

5.2.2 Características das escolas pesquisadas

Escola Municipal de Tempo Integral Professor Edgar Linhares Lima



Fonte: Foto da autora (2024)

A Escola Municipal Professor Edgar Linhares Lima, localizada no Residencial Nova Caiçara, é a maior unidade da rede pública municipal, com capacidade para atender até 540 estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os alunos permanecem na escola das 7h às 16h, período durante o qual são servidas três refeições, incluindo o almoço.

Com uma área total construída de 3.906,08 m², a escola é distribuída em três pavimentos, acessíveis por escadas e dois elevadores. A infraestrutura inclui 12 salas de aula temáticas (nas quais os alunos trocam de sala enquanto os professores permanecem), uma biblioteca, dois laboratórios de informática, um laboratório de ciências, um laboratório de matemática, uma quadra poliesportiva coberta com vestiários, uma sala do grêmio, e um auditório com capacidade para 120 pessoas. Além

disso, há um bloco administrativo que abriga a diretoria, secretaria, sala de professores e coordenação pedagógica, bem como um refeitório e cozinha.

No modelo de educação integral oferecido pela escola, os estudantes desfrutam de uma carga horária ampliada nas disciplinas da base comum, como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês. Além disso, o currículo inclui disciplinas diferenciadas, como Projeto de Vida, Protagonismo Juvenil, Introdução à Pesquisa, Formação Humana e Práticas Experimentais nos Laboratórios. Os alunos também têm a oportunidade de participar de disciplinas eletivas e diversos clubes juvenis, como xadrez, handebol e clube de convivência, conforme seus interesses.

O nome da escola homenageia Edgar Linhares Lima, natural de Santa Quitéria, que desempenhou um papel fundamental na educação. Como professor e formulador de políticas públicas, Edgar Linhares Lima foi fundamental para a reformulação da política educacional no município de Sobral. Ele foi o idealizador da metodologia de avaliação externa de aprendizagem nas escolas municipais de Sobral, introduzida em 2000, e coordenou o desenvolvimento do novo método de ensino focado em leitura e escrita. Seu trabalho também incluiu a coordenação do programa que deu origem ao Programa de Alfabetização na Idade Certa, impactando profundamente a educação em Sobral e em todo o Ceará.

Escola de Tempo Integral Leonel Brizola



Fonte: Foto da autora (2024)

A escola Leonel Brizola de ensino fundamental fica localizada na Avenida John Sanford com Rua Juriti, S/N, Nova Caiçara, Sobral – Ceará. A instituição de ensino tem

capacidade para atender até 540 estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º).

A Escola Leonel Brizola será ainda a primeira escola municipal de Sobral a contar com o uso de energia solar, uma fonte de energia renovável, econômica, e que não causa nenhum tipo de poluição (ambiental, sonora ou visual). Conta com 12 salas de aula, laboratórios, biblioteca, sala de vídeo, cantina, refeitório, quadra poliesportiva coberta, anfiteatro, sala de professores, diretoria, coordenação, secretaria, banheiros com acessibilidade, entre outros espaços.

É uma instituição de ensino que se destaca por seu compromisso com a educação de qualidade e pela formação integral dos alunos. O nome da escola homenageia Leonel Brizola, um político e educador brasileiro conhecido por suas contribuições à educação e ao desenvolvimento social.

A escola oferece uma educação que visa não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de valores cívicos e éticos. Muitas vezes, instituições como essa buscam implementar práticas pedagógicas ousadas, promovendo a participação ativa dos alunos e a inclusão social.

Além disso, a Escola Leonel Brizola pode ser parte de programas educacionais mais amplos que visam melhorar a infraestrutura escolar e a qualidade do ensino em áreas públicas, especialmente em regiões que enfrentam desafios socioeconômicos.

Escola Estadual de Educação Profissional Professora Lysia Pimentel Gomes Sampaio



Fonte: Foto da autora (2024)

A Escola Estadual de Educação Profissional Lysia Pimentel Gomes fica localizada na Avenida John Sanford, 1223, Junco, Sobral-Ce. É uma instituição de

ensino reconhecida por seu papel importante na educação da região. Com um histórico de compromisso com a formação acadêmica e cidadã dos alunos, a escola busca oferecer uma educação de qualidade, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Lysia Pimentel Gomes frequentemente se destaca por suas iniciativas em atividades extracurriculares, que podem incluir projetos culturais, esportivos e de cidadania. Essas atividades têm como objetivo não apenas enriquecer o aprendizado, mas também fomentar o trabalho em equipe e a responsabilidade social.

A escola também se empenha em adotar metodologias pedagógicas empreendedoras, visando engajar os alunos e tornar o ambiente escolar mais dinâmico e inclusivo. Com um corpo docente dedicado e infraestrutura adequada, a Lysia Pimentel Gomes tem se esforçado para atender às necessidades da comunidade e contribuir para o desenvolvimento educacional de Sobral.

5.4 Instrumentos da Pesquisa

A pesquisa foi conduzida utilizando a plataforma *Google Forms*, uma ferramenta de gerenciamento de pesquisas lançada pelo Google. O *Google Forms* permite aos usuários criar pesquisas, questionários e formulários de registro, facilitando a coleta de informações e a análise de dados. As respostas ao questionário foram transmitidas automaticamente e armazenadas na plataforma. Além disso, o *Google Forms* oferece recursos de colaboração e compartilhamento, permitindo que vários usuários trabalhem juntos de forma eficiente.

O instrumento utilizado foram três questionário contendo perguntas abertas e fechadas as quais foram aplicadas a 28 profissionais de educação (22 professores, 03 coordenadores e 03 diretores) da rede pública municipal e estadual; a comunidade do Residencial Nova Caiçara 32 respondentes e 131 alunos das escolas citadas anteriormante.

5.5 Coleta dos Dados

Os questionários direcionados à comunidade e profissionais de educação foram previamente explicados por meio de mensagens no *WhatsApp* e também de forma

presencial. Solicitou-se à comunidade, aos profissionais de educação das três escolas mencionadas, situadas ao redor do Residencial Nova Caiçara, que respondessem ao questionário e enviassem suas respostas através do link fornecido.

Para os alunos, o questionário foi aplicado pessoalmente, em horários e locais previamente agendados. Os questionários utilizados estão disponíveis nos Apêndices A, B e C deste trabalho.

5.6 Aspectos Éticos

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da Educação Integral como uma política pública no combate à criminalidade no Residencial Nova Caiçara. De acordo com Gadotti (2000), a educação integral tem como princípio central a formação integral do aluno, visando o seu desenvolvimento pleno e a construção de uma sociedade mais justa. Vieira (2013) destaca que, apesar das dificuldades e da falta de recursos, a educação integral representa uma alternativa importante para o enfrentamento de problemas sociais, como a criminalidade. Nesse contexto, os participantes responderão a um questionário com perguntas sobre suas experiências no programa, percepções sobre segurança, violência e fatores que influenciam a criminalidade. Brasil (2017) aponta que a implementação de políticas públicas de educação integral no Brasil tem mostrado impactos positivos, mas enfrenta desafios significativos, especialmente em áreas vulneráveis.

Embora seja uma pesquisa de baixo risco, é importante considerar os potenciais impactos aos participantes. Entre os riscos potenciais estão os psicológicos, pois algumas perguntas podem gerar desconforto emocional ao remeter a situações de violência, conflitos ou criminalidade, reativando memórias de experiências traumáticas ou gerando ansiedade. De acordo com Lima e Soares (2012), pesquisas que envolvem questões de violência podem causar estresse psicológico em crianças e adolescentes, especialmente quando essas experiências são revividas durante a coleta de dados. Também existem riscos sociais, uma vez que o participante pode se sentir exposto ao compartilhar suas opiniões sobre temas sensíveis, o que pode causar constrangimento ou medo de julgamento por parte de colegas, familiares ou a comunidade. Como ressalta Souza e Santos (2016), é fundamental compreender a vulnerabilidade social dos

participantes para proteger sua saúde mental e garantir o suporte adequado durante a pesquisa.

Além disso, há o risco de privacidade e confidencialidade, já que, mesmo com a anonimização das respostas, existe a possibilidade, embora mínima, de que informações pessoais possam ser associadas aos participantes. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (2013) enfatiza que, em pesquisas com seres humanos, a privacidade e o sigilo das informações devem ser priorizados, assegurando que dados pessoais não sejam divulgados de forma a comprometer a identidade dos participantes. Outro risco identificado é o cognitivo, pois algumas perguntas podem ser complexas para crianças e adolescentes, o que pode gerar dificuldades de compreensão e frustração. Nesse sentido, Campos (2015) recomenda que as questões sejam formuladas de maneira acessível, considerando as características cognitivas e a faixa etária dos participantes, para garantir que a pesquisa seja compreendida por todos.

Para mitigar esses riscos, serão adotadas diversas medidas. Durante a aplicação do questionário, um orientador pedagógico ou psicólogo estará disponível para oferecer suporte emocional aos participantes que se sentirem desconfortáveis. Minayo (2015) destaca que a presença de um profissional capacitado durante a coleta de dados é essencial para garantir o bem-estar dos participantes em pesquisas que abordam temas delicados. Os participantes também serão informados de que podem optar por não responder a determinadas perguntas ou interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. As respostas serão mantidas em sigilo absoluto, garantindo o anonimato dos participantes, e os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, com a apresentação de resultados de forma geral, sem identificar individualmente os participantes.

Além disso, o questionário será formulado em uma linguagem clara e acessível, adequada à faixa etária dos participantes, para minimizar dificuldades de compreensão. Andrade (2018) afirma que, em pesquisas com populações vulneráveis, a clareza na linguagem utilizada é fundamental para garantir que os participantes compreendam as questões e possam responder de forma consciente e assertiva.

Caso algum participante experimente qualquer forma de dano durante ou após a participação, serão disponibilizadas medidas de assistência e reparação. Participantes que apresentarem desconforto emocional serão acolhidos e encaminhados para atendimento com o psicólogo escolar ou serviço de apoio psicológico disponível na instituição. Brasil (2013) estabelece que, em casos de danos emocionais ou

psicológicos, é imprescindível que as instituições responsáveis pelo estudo ofereçam suporte adequado, como encaminhamentos para serviços de saúde mental. Se necessário, os pais ou responsáveis serão informados para que possam acompanhar o aluno e buscar apoio externo, como terapia psicológica. Para aqueles que apresentarem dificuldades cognitivas, será oferecida assistência pedagógica, garantindo que a experiência contribua para seu aprendizado. Em situações de vulnerabilidade ou risco social identificadas durante a pesquisa, a equipe atuará em conjunto com a escola para acionar a rede de proteção à criança e ao adolescente, assegurando a segurança e o bem-estar dos participantes.

A pesquisa foi planejada para minimizar ao máximo os riscos aos participantes, garantindo um ambiente seguro, acolhedor e respeitoso. A participação será totalmente voluntária, com respeito aos direitos dos participantes, confidencialidade das informações e suporte em caso de qualquer necessidade. Dessa forma, buscamos proporcionar uma experiência positiva, valorizando o protagonismo dos jovens e contribuindo para a construção de conhecimentos relevantes sobre a Educação Integral e suas implicações na vida dos estudantes e na comunidade. Conforme parecer 7.273295 da Plataforma Brasil.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos a análise dos resultados da pesquisa conduzida com alunos, profissionais de educação e membros da comunidade de três escolas públicas situadas ao redor do Residencial Nova Caiçara no município de Sobral-CE. Dentre essas escolas, duas pertencem à rede municipal e uma à rede estadual. Todas elas oferecem educação integral em tempo integral. O Residencial Nova Caiçara, faz parte do Projeto “Minha Casa Minha Vida”, abriga uma população superior a 15.000 pessoas.

Figura 1. Residencial Nova Caiçara – Sobral - Ce



Fonte: Google

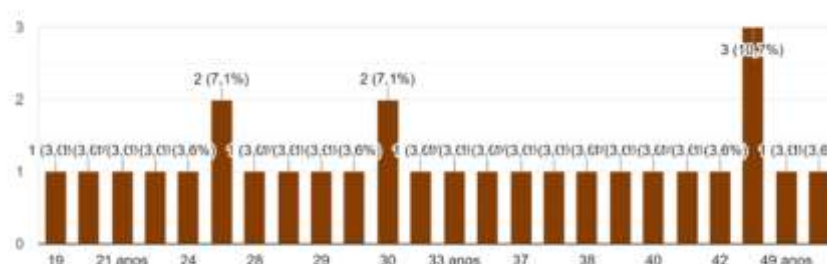
6.1 O Impacto da Educação Integral em Tempo Integral como Política Pública no Enfrentamento à Criminalidade no Residencial Nova Caiçara

6.1.1 Percepção da comunidade das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimentel e Leonel Brizola sobre a educação integral em tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade no Residencial Nova Caiçara.

Para uma melhor compreensão da comunidade pesquisada, foi utilizado um questionário socioeconômico com perguntas abertas e fechadas. Este questionário foi estruturado para coletar informações sobre o perfil socioeconômico e cultural dos moradores, incluindo aspectos como idade, gênero, ocupação, nível de escolaridade e condições de moradia. O objetivo é construir um perfil detalhado da população do Residencial Nova Caiçara e, assim, obter uma visão mais abrangente para alcançar o objetivo principal desta dissertação: analisar o impacto da Educação Integral em Tempo

Integral como política pública de enfrentamento à criminalidade em um bairro do interior do Ceará. A seguir analisamos o perfil socioeconômico e cultural da comunidade do Residencial Nova Caiçara – Sobral-Ce.

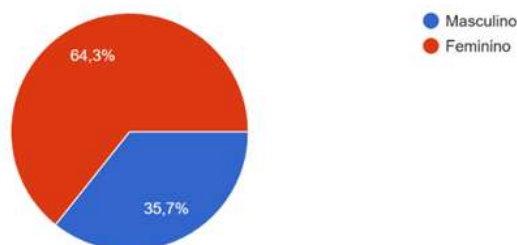
Gráfico 1. Idade das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o Gráfico 1, 10,3% das pessoas da comunidade do Residencial Nova Caiçara pesquisadas estão na faixa etária acima de 49 anos. Esse dado revela que uma parcela relativamente pequena da amostra pertence a essa faixa etária mais avançada. Essa informação pode indicar uma predominância de uma população mais jovem na comunidade, o que pode ter implicações para o planejamento e a implementação de políticas públicas e programas voltados para diferentes faixas etárias. Além disso, compreender a representatividade de pessoas mais velhas pode ajudar a adaptar as iniciativas da Educação Integral em Tempo Integral para atender melhor às necessidades de todas as faixas etárias da comunidade, considerando, por exemplo, aspectos relacionados à inclusão e ao suporte para uma população potencialmente mais vulnerável.

Gráfico 2. Género das pessoas pesquisadas a comunidade do Residencial Nova Caiçara



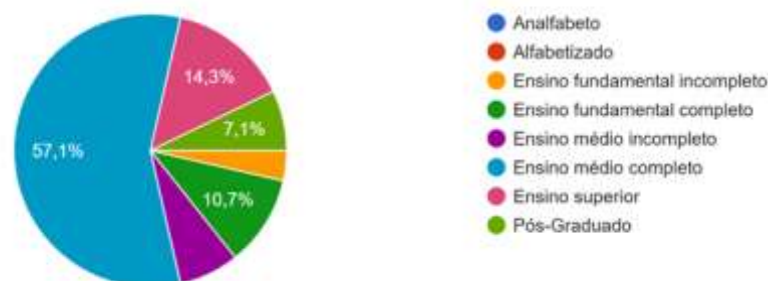
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme indicado no Gráfico 2, a maioria dos participantes da pesquisa na comunidade do Residencial Nova Caiçara é do gênero feminino, representando 64% do

Segundo o Gráfico 4, 10,7% das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara ocupam cargos como auxiliar de serviços. Embora essa porcentagem não seja extremamente alta, ela indica que uma parte significativa da população está empregada em funções relacionadas a serviços gerais podendo refletir a falta de qualificação educacional. Essa informação pode demonstrar aspectos da estrutura económica da comunidade, indicando que muitos residentes estão empregados em posições que podem ser associadas a salários mais baixos e menos estabilidade no emprego.

Compreender a prevalência de tais ocupações é essencial para o desenvolvimento de políticas e programas que visem melhorar as condições de trabalho e oferecer oportunidades de capacitação e avanço profissional. Além disso, esse dado pode ajudar a identificar áreas onde há necessidade de apoio adicional, como em programas de formação profissional ou iniciativas para melhorar as condições de trabalho e promover a mobilidade social dentro da comunidade.

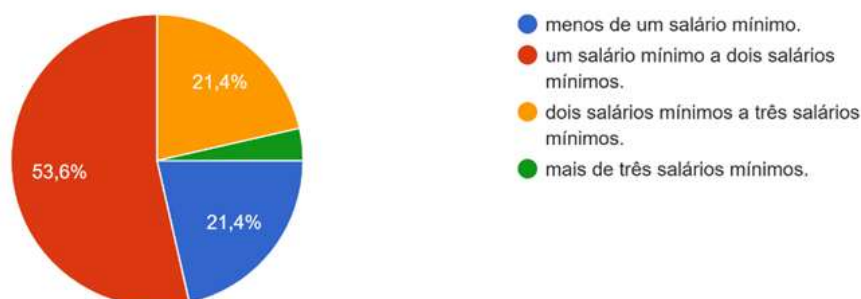
Gráfico 5. Nível de escolaridade das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme indicado no Gráfico 5, 57,1% das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara possuem o ensino médio completo. Esse dado sugere que uma parte considerável da população tem acesso à educação básica e conseguiu concluir o nível médio, o que pode ser um indicativo de um nível educacional relativamente sólido dentro da comunidade.

Gráfico 6. Renda familiar das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara

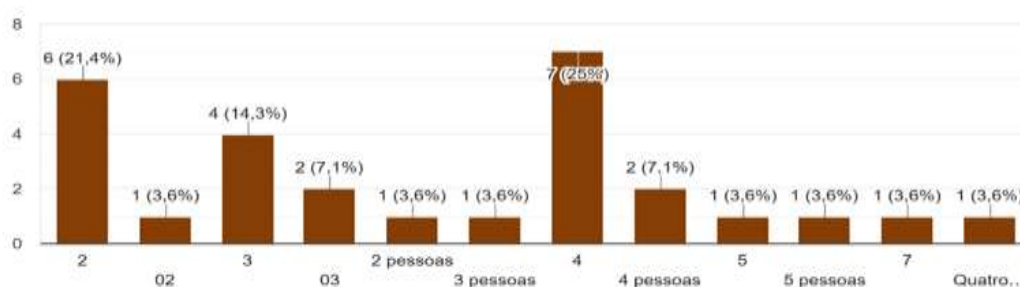


Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O Gráfico 6 revela que 53,6% das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara têm uma renda familiar entre um a dois salários mínimos. Esse dado sugere que mais da metade da população da comunidade está em uma faixa de renda relativamente baixa.

Em resumo, a informação de que 53,6% dos residentes recebem entre um a dois salários mínimos destaca a importância de abordar as questões econômicas enfrentadas pela comunidade e de desenvolver políticas e programas que possam apoiar a melhoria das condições de vida e a promoção de oportunidades econômicas para os residentes.

Gráfico 7. Composição familiar das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Segundo o Gráfico 7, a maioria das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara pertence a famílias com quatro membros, representando 25% do total. Em resumo, a predominância de famílias com quatro membros entre os pesquisados fornece uma visão importante sobre a estrutura familiar na comunidade do Residencial Nova Caiçara, o que pode informar o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes e direcionados para atender às necessidades dessas famílias.

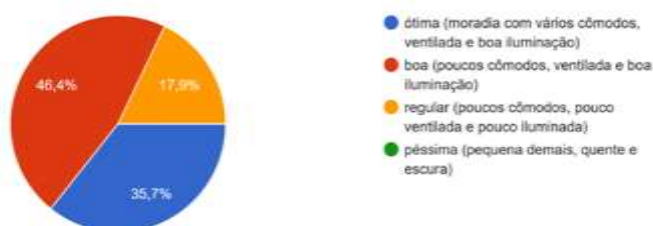
Gráfico 8. Condições de moradia das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o Gráfico 8, as condições de moradia das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara revelam que 67,9% residem em casa própria. Essa alta porcentagem é consistente com o fato de que a comunidade está situada em um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, oferecendo uma base sólida para a estabilidade habitacional e sugerindo um sucesso significativo na implementação das políticas de habitação.

Gráfico 9. Condições de infraestrutura das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



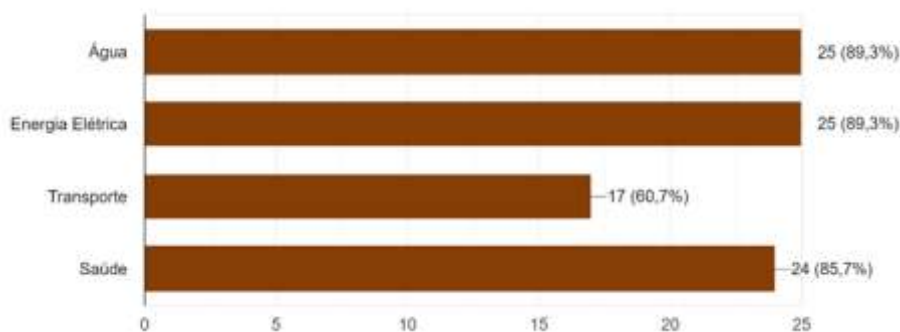
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o Gráfico 9, 46,4% das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara consideram que as condições de infraestrutura de suas residências são boas. Esse dado sugere que quase metade dos residentes estão satisfeitos com a qualidade geral de suas moradias.

A percepção de boas condições de infraestrutura, apesar de os imóveis terem poucos cômodos, pode refletir aspectos positivos específicos das residências, como a

boa ventilação e iluminação. Esses elementos são importantes para o conforto e a qualidade de vida, contribuindo para um ambiente mais saudável e agradável.

Gráfico 10. Acesso a serviços básicos das pessoas pesquisadas da comunidade do Residencial Nova Caiçara



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o Gráfico 10, 89,3% das pessoas pesquisadas na comunidade do Residencial Nova Caiçara têm acesso a serviços básicos, como água e energia. Esse dado revela que uma grande maioria dos residentes tem acesso a esses serviços essenciais, o que é um indicativo positivo das condições de infraestrutura na comunidade.

Após a análise dos dados sobre o poder socioeconômico e cultural da comunidade pesquisada, foram formuladas perguntas relacionadas ao impacto da Educação Integral em Tempo Integral como política pública no combate à criminalidade, conforme a percepção dos moradores do Residencial Nova Caiçara. Essas perguntas estão detalhadas nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1. Participação em programas sociais ou de assistência governamental

Descrição	Quantidade	%
Sim. Bolsa família	21	66%
Não	11	34%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Quando questionados sobre a participação em programas sociais ou de assistência governamental, 21 pessoas ou seja 66% responderam que recebem bolsa família, enquanto que 11(34%) afirmaram não receber nenhum benefício social.

A participação em programas sociais ou de assistência governamental desempenha um papel fundamental na promoção da educação integral, proporcionando

apoio vital a crianças, ao adolescentes e as famílias em situação de vulnerabilidade. Esses programas visam não apenas aliviar a pobreza e a desigualdade, mas também criar condições mais equitativas para o desenvolvimento educacional e social.

Tabela 2. Experiências prévias com situações de violência ou criminalidade

Descrição	Quantidade	%
Sim.	10	31%
Não	07	22%
Por meio de relatos da comunidade	05	16%
Parentes próximos	02	6%
A questão das guerras das facções	03	9%
Bairro muito perigoso	05	16%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao serem questionados sobre experiências prévias com situações de violência ou criminalidade as pessoas pesquisadas do Residencial Nova Caiçara responderam: 10(31%) sim; 7(22%) não; 5(16%) por meio de relatos da comunidade; 2 (6%) parentes próximos; 3 (9%) as guerras de facções e 5(16%) consideram o bairro muito perigoso.

No Residencial Nova Caiçara, as respostas obtidas sobre experiências prévias com violência ou criminalidade refletem uma realidade multifacetada e complexa para os moradores. A análise das respostas revela diferentes dimensões da violência e sua influência no cotidiano da comunidade.

De acordo com a pesquisa, 31% dos entrevistados afirmaram ter tido experiências diretas com situações de violência ou criminalidade. Este dado indica que uma parcela significativa da população do Residencial Nova Caiçara vivenciou episódios que impactaram diretamente sua segurança e bem-estar. As situações relatadas podem incluir agressões, furtos ou outras formas de violência, o que contribui para um ambiente de insegurança e medo constante.

Por outro lado, 22% dos moradores disseram não ter tido experiências pessoais diretas com violência ou criminalidade. No entanto, a ausência de vivências diretas não exclui a percepção de insegurança ou o impacto psicológico da violência que afeta a comunidade como um todo. Esses indivíduos podem ainda sentir-se inseguros devido à violência que ocorre ao seu redor ou pela presença de um clima geral de medo.

Cerca de 16% dos entrevistados relataram que suas percepções sobre violência vêm por meio de relatos da comunidade. Estes relatos podem incluir histórias compartilhadas por vizinhos ou eventos de violência que ocorreram nas proximidades,

gerando uma sensação de insegurança mesmo para aqueles que não foram diretamente afetados. A disseminação dessas informações contribui para uma perspectiva coletiva de perigo e instabilidade.

Além disso, 6% dos moradores mencionaram que souberam de situações violentas por meio de parentes próximos. Isso sugere que a violência não afeta apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também suas redes familiares, ampliando o impacto social e emocional da criminalidade na comunidade.

Outro dado relevante é que 9% dos entrevistados identificaram as guerras de facções como uma fonte de violência. As disputas entre grupos criminosos, que frequentemente resultam em confrontos violentos, representam um problema significativo para a segurança pública no bairro. A presença e as consequências dessas guerras de facções contribuem para um ambiente de insegurança generalizada.

Finalmente, 16% dos moradores consideram o bairro como sendo muito perigoso. Essa percepção pode ser um reflexo tanto das experiências diretas com violência quanto das informações e relatos compartilhados na comunidade. Mesmo que esses moradores não tenham vivenciado pessoalmente situações de violência, a sensação de perigo iminente pode impactar negativamente a qualidade de vida e o bem-estar geral.

Em síntese, as experiências e perspectivas sobre violência no Residencial Nova Caiçara mostram um panorama complexo, onde a experiência direta, as informações comunitárias, e a concepção de perigo contribuem para um ambiente de insegurança. Estes fatores inter-relacionados não apenas afetam a segurança física dos moradores, mas também influenciam seu estado emocional e a coesão social da comunidade.

Tabela 3. Percepção sobre a segurança no bairro de estudo

Descrição	Quantidade	%
Viaturas circulando	15	47%
Por meio de frequentes conflitos e nada se faz para prevenir	17	53%
Total	32	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A percepção da comunidade do Residencial Nova Caiçara em relação à falta de segurança é influenciada por dois fatores principais, conforme indicado pela Tabela 3. A análise das respostas revela uma preocupação significativa com a segurança e a eficácia das medidas de segurança pública no bairro.

Primeiramente, 47% dos moradores mencionaram que percebem a falta de segurança principalmente pela observação de viaturas policiais circulando. Embora a presença de viaturas possa ser um indicativo de que há esforços para patrulhar e monitorar a área, para esses moradores, essa presença pode ser vista como insuficiente ou como um sinal de que a violência é um problema persistente. A circulação de viaturas sem uma aparente resolução das questões de segurança pode gerar um sentimento de que as ações policiais não são eficazes ou que não estão resolvendo os problemas subjacentes.

Em contraste, 53% dos entrevistados destacaram que a falta de segurança é percebida por meio de frequentes conflitos na comunidade e a sensação de que nada está sendo feito para prevenir esses eventos. Esta perspectiva sugere que, apesar da presença de viaturas policiais, a comunidade enfrenta uma frequência elevada de conflitos e incidentes violentos, o que contribui para um sentimento generalizado de insegurança. A percepção de inação ou falta de medidas preventivas efetivas intensifica a sensação de vulnerabilidade entre os moradores, pois eles observam uma falta de estratégias proativas para lidar com a violência e garantir a segurança.

Esses olhares indicam uma visão crítica sobre a eficácia das ações de segurança pública no Residencial Nova Caiçara. A combinação da presença visível de viaturas com a constatação de conflitos contínuos e a sensação de inação contribuem para um olhar generalizado de que a segurança no bairro é inadequada. Esse sentimento pode influenciar negativamente a confiança da comunidade nas autoridades e a sensação geral de insegurança, evidenciando a necessidade de abordagens mais eficazes e integradas para a segurança pública.

Concluindo, a percepção da comunidade sobre a falta de segurança no Residencial Nova Caiçara reflete uma insatisfação com as atuais medidas de segurança, sugerindo que a presença policial visível não é suficiente para aliviar as preocupações com a violência e que são necessárias ações mais eficazes e preventivas para melhorar a segurança e o bem-estar dos moradores.

O objetivo do tópico a seguir é analisar as respostas dos professores e do grupo gestor das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimenele e Leonel Brizola sobre a eficácia da educação integral de tempo integral de enfrentamento da criminalidade no Residencial Nova Caiçara. A investigação busca entender se a implementação de um modelo educacional mais amplo pode desempenhar um papel significativo na redução da criminalidade e na promoção da segurança na comunidade.

6.1.2 Peceção dos profissionais de educação das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimanel e Leonel Brizola sobre a educação integral de tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade.

Para a realização da pesquisa sobre a educação integral de tempo integral e o enfrentamento da criminalidade no Residencial Nova Caiçara, foram entrevistados um total de 28 profissionais da educação, composto por 22 professores e 6 membros do grupo gestor, incluindo 3 diretores e 3 coordenadores. A seleção dos participantes foi feita aleatoriamente, visando garantir a representatividade e evitar a repetição excessiva de opiniões.

Para assegurar a confidencialidade dos respondentes, cada participante foi identificado de forma codificada: os professores foram designados como P1, P2, P3...P22; os diretores foram identificados como D1, D2, D3; e os coordenadores como C1, C2 e C3.

A pesquisa abrangeu três instituições educacionais situadas em torno do Residencial Nova Caiçara, dispostas na seguinte ordem: 1) Escola Edgar Linhares, 2) Escola Lysia Pimanel e 3) Escola Leonel Brizola. Essa sequência foi estabelecida para organizar as respostas e análises de forma sistemática e coerente.

Quadro 2. Entendimento dos profissionais da educação pela definição de educação integral de tempo integral

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P1	A educação em tempo integral possui uma jornada ampliada, onde o estudante passar no mínimo 6 horas dentro da escola.
P2	É uma Educação voltada, para os alunos de forma mais ampla, abrangendo várias áreas do conhecimento tanto acadêmico como social.
P3	Um formato de se fazer educação. Nesse formato o aluno desenvolve a autonomia e protagonismo, competências essenciais para a vida adulta funcional.
D1	É a formação do aluno de forma integral nas suas várias dimensões, como física, emocional, intelectual e social além claro das disciplinas regulares.
D2	Educação em tempo integral refere-se a um modelo educacional em que os alunos passam mais horas na escola, participando de atividades curriculares e extracurriculares durante a maior parte do dia.
D3	A educação em tempo integral busca ampliar as oportunidades de aprendizagem dos alunos, promover um desenvolvimento mais completo e equilibrado, bem como atender às necessidades das

	famílias modernas.
C1	Educação Integral é uma concepção de educação que visa ao desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as suas dimensões, não somente passar mais tempo na escola, que promova vivências/aprendizagem significativa para o desenvolvimento integral das crianças/alunos em todos os aspectos.
C2	A educação em tempo integral nas escolas é um modelo que amplia não só o período de permanência das crianças na escola, mas também o desenvolvimento integral das crianças, sejam eles cognitivos e sociais.
C3	A educação integral vai além do ensino dos conteúdos das disciplinas da base comum, a educação integral visa também o desenvolvimento do aluno em todas as áreas, seja ela intelectual ou social.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com os profissionais da educação em resposta ao questionamento “o que você entende por Educação Integral de Tempo Integral” os profissionais **P3**, **D3** e **C2** destacam o modelo de educação integral de tempo integral como ampla e positiva.

Nesse contexto acredita-se que essas respostas oferecem uma visão completa dos benefícios e objetivos desse modelo educacional, sugerindo que a educação integral pode ser uma ferramenta eficaz para preparar os alunos para a vida adulta e reduzir a vulnerabilidade a comportamentos criminosos, promovendo um desenvolvimento mais holístico e integrado.

Quadro 3. Percepção dos profissionais da educação a relação entre a educação e a criminalidade

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P9	A educação é o melhor meio de diminuir a criminalidade dentro das localidades pesquisadas.
P12	A educação tem um impacto significativo na prevenção da criminalidade e na reintegração de indivíduos na sociedade.
P16	A educação pode oferecer oportunidades para os jovens, reduzindo as desigualdades socioeconômicas e proporcionando alternativas positivas para o envolvimento em atividades criminosas.
D1	Para aqueles que cometeram crimes, a educação pode desempenhar um papel crucial na reintegração à sociedade.
D2	A educação proporciona o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais que podem ajudar os indivíduos a tomar decisões mais conscientes e construtivas, reduzindo a propensão ao comportamento criminoso.
D3	Através da educação, os indivíduos podem adquirir uma compreensão mais ampla das consequências sociais e legais do crime, bem como internalizar valores éticos que contribuem para a

	construção de uma sociedade mais justa e pacífica.
C1	A educação pode reduzir a criminalidade, não tenho dúvidas, a escola em tempo integral é com certeza uma oportunidade de combater a criminalidade, consigo visualizar já algum impactado, mesmo que seja pouco.
C2	A educação é o diferencial, agora se faz necessário um trabalho qualificado, com políticas voltadas para a integralidade do ser humano.
C3	Acredito que a educação tem um papel fundamental na prevenção da violência, pois não se limita apenas ao ambiente escolar, mas abrange também o contexto doméstico e comunitário, promovendo uma conscientização que pode efetivamente reduzir as incidências de violência, trabalhando a formação social das crianças e jovens e buscando promover uma cultura de paz.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Segundo as falas dos profissionais da educação em resposta ao questionamento “como você percebe a relação entre a educação e a criminalidade” **P16, D3 e C3**, apresentam uma visão clara e fundamentada sobre o papel da educação na prevenção da violência e na redução das desigualdades socioeconômicas. A afirmação de que a educação pode oferecer oportunidades aos jovens é importante, pois destaca como o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de habilidades pode desviar os jovens de caminhos que levam à criminalidade. A menção às habilidades cognitivas, sociais e emocionais ressalta a importância de uma educação integral, que não se limita ao aprendizado acadêmico, mas também prepara os indivíduos para enfrentar desafios da vida cotidiana.

Além disso, a ideia de que a educação deve ir além do ambiente escolar e englobar o contexto doméstico e comunitário é fundamental. Isso reconhece que a formação e a conscientização devem ser coletivas, envolvendo não apenas a escola, mas também as famílias e as comunidades. Promover uma cultura de paz é essencial para criar um ambiente propício ao desenvolvimento saudável das crianças e jovens.

Quadro 4. Programas ou iniciativas de educação integral implementados atualmente nas escolas pesquisadas

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P7	A escola conta com alguns programas como o PREVINE. Na parte de infraestrutura possui diversos laboratórios.
P11	Inclusão de atividades extracurriculares: Além das atividades acadêmicas, as escolas têm integrado atividades extracurriculares, como artes, música, esportes, atividades lúdicas e de recreação,

	visando promover o desenvolvimento social, emocional e física.
P14	Incluem a oferta de refeições balanceadas e saudáveis durante todo o dia, garantindo que as crianças tenham acesso a uma alimentação adequada mesmo fora do horário tradicional de aulas.
D1	Projetos de incentivo aos esportes (futebol, basquetebol, capoeira), cursos que acontecem na escola.
D2	Temos programas que buscam trabalhar a autonomia, o empreendedorismo, o esporte, o trabalho em equipes, como o clube de jornalismo, jogos estudantis, clube de empreendedorismo, horta na escola, clube de leitura, laboratório maker, além de disciplinas eletivas e do grêmio estudantil, dentre outros.
D3	Projetos relacionados a manutenção do aluno na escola, como o Busca Ativa, e mais recentemente o programa Pé de meia.
C1	Formação geral básica, com as disciplinas das ciências humanas, ciências da natureza e matemática, linguagens.
C2	Projeto de vida e empreendedorismo.
C3	Como no município de Sobral a base se dá em avaliação externa de português e matemática, acaba que as implementações de diversos projetos e/ou programas ficam um tanto quanto sem perspectiva resolutive.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme as respostas da pesquisa sobre “quais são os programas ou iniciativas de Educação Integral implementados atualmente nas escolas pesquisadas”, os profissionais de educação **P7**, **D2** e **C3** destacam a importância de uma abordagem educacional que considere não apenas o desempenho acadêmico, mas também o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para serem cidadãos ativos e engajados.

Desse modo, a implementação eficaz de programas de Educação Integral pode, de fato, fazer uma diferença significativa na formação das futuras gerações.

Quadro 5. Respostas dos alunos às iniciativas de educação integral em tempo integral

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P6	Tem respondido de forma positiva. As escolas se transformaram numa referência no bairro e a comunidade busca as escolas para muitos serviços como projetos e cursos.
P10	Os alunos têm respondido de maneira variada às iniciativas de Educação Integral de Tempo Integral, e suas respostas podem ser influenciadas por uma série de fatores.
P5	Alguns alunos demonstram entusiasmo e engajamento significativos, aproveitando as oportunidades oferecidas para participar de atividades esportivas, artísticas, culturais e acadêmicas mais diversificadas.
D1	Os alunos apreciam a chance de desenvolver novas habilidades,

	interagir com colegas e professores em um ambiente mais amplo e enriquecedor, e desfrutar de uma rotina escolar mais dinâmica.
D2	Tivemos sempre uma boa aceitação, uma adaptação melhor do que esperávamos, tanto relacionado ao tempo maior na escola como na alimentação e na própria jornada delas no CEI.
D3	A resistência ainda é grande, pois é muito difícil você chegar para um jovem sem perspectiva nenhuma de futuro, fazer esse jovem acreditar em sonhos e até mesmo realizar seus sonhos é muito mais complicado.
C1	As famílias ainda têm receio de deixar seus filhos estudando nesta modalidade. Mas a comunidade vem acreditando e confiando nos profissionais de educação do CEI.
C2	Inicialmente apresentam cansaço, devido a rotina mais longa, mas com o passar do tempo correspondem positivamente a essa modalidade de ensino.
C3	Atualmente esse programa está tendo uma aceitação muito boa, tanto pelos alunos como pelos os pais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As falas dos profissionais da educação pesquisados **P10**, **D3** e **C2** sobre “como os alunos têm respondido às iniciativas de Educação Integral em tempo integral”, as respostas da pesquisa enfatizam a importância de reconhecer e abordar as resistências enfrentadas na implementação de programas de Educação Integral e Tempo Integral, mas também destacam a necessidade de celebrar as conquistas e progressos dos alunos ao longo do tempo. Essa dualidade é fundamental, pois enquanto as resistências podem desmotivar, as celebrações podem fortalecer o engajamento e a autoestima dos estudantes.

Além disso, os profissionais ressaltam a relevância de uma abordagem holística, que não se limite apenas ao conteúdo curricular, mas que também inclua suporte emocional, incentivo à construção de sonhos e a criação de um ambiente escolar estimulante. Essa perspectiva é essencial para o sucesso das iniciativas, pois promove o desenvolvimento integral do aluno, ajudando a formar não apenas estudantes competentes, mas também cidadãos mais conscientes e motivados.

Quadro 6. Observação de mudanças positivas nos alunos em relação à sua percepção sobre a criminalidade

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P4	Muitos alunos apesar de seu contexto social passaram a enxergar as oportunidades que eles têm por causa da educação.
P13	Por meio de atividades que promovem a cidadania, o respeito, a colaboração e o entendimento das questões sociais, os alunos

	podem desenvolver uma consciência mais aguçada sobre as causas e consequências da criminalidade em suas comunidades.
P17	Ainda não consigo observar, mas isso não quer dizer que não venha a acontecer em um futuro próximo, porém, na atualidade, estes jovens continuam sendo alcançados pela criminalidade e negar essa verdade não vai ajudar a combatê-la.
D1	Temos vários ex-alunos que hoje estão ocupados com trabalho e estudo e tem uma vida estável.
D2	Sim, não sei mensurar através de números, mas a cada acesso de alunos da comunidade a universidade e a cada vaga de emprego conquistada podemos dizer que é uma vitória perante a criminalidade.
D3	Não posso afirmar que há essa mudança positiva em relação a criminalidade, mas é perceptível, dentro da escola que trabalho atualmente, uma cultura crescente da importância da permanência dentro da escola.
C1	Sim, alunos que frequentam bastante a escola passam a ver professores como inspiração no mundo do trabalho.
C2	Observa-se que a banalização da criminalidade na comunidade ainda é muito forte, mas já se nota mudanças positivas pelo comportamento na escola.
C3	Apesar de eles não gostar de passar o dia na escola poucos são os que faltam as aulas.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Segundo as respostas dos profissionais da educação **P17**, **D3** e **C2** sobre “se há mudanças positivas nos alunos em relação à sua percepção sobre a criminalidade” as falas tratam da complexidade das perspectivas sobre a relação entre a educação e a criminalidade. Embora ainda haja desafios significativos, as pequenas mudanças observadas podem ser um sinal de que, com o apoio adequado e intervenções bem direcionadas, é possível criar um caminho de transformação para os jovens, fortalecendo a ideia de que a educação é uma ferramenta poderosa na prevenção da criminalidade. As falas refletem as concepções dos profissionais de educação sobre as mudanças nas atitudes dos alunos em relação à criminalidade, revelando uma realidade complexa e multifacetada.

Quadro 7. Principais desafios enfrentados na implementação e sustentabilidade de programas de educação integral e tempo integral em torno do Residencial Nova Caiçara

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P18	Nem todos os alunos se adaptam facilmente a um modelo de Educação Integral de Tempo Integral.
P4	Alguns podem enfrentar dificuldades para manter o engajamento ao longo do dia ou podem resistir a certos tipos de atividades.

P10	Os professores e demais profissionais envolvidos precisam estar preparados para atuar em um contexto ampliado, que vai além das aulas tradicionais.
D1	Falta de apoio familiar e de mais projetos dentro da comunidade.
D2	A maioria das informações ainda não são claras em relação ao tempo integral, o que acaba prejudicando a eficácia da educação integral.
D3	Muitos alunos rendem bem ao tempo integral, porém outros perdem muito o rendimento, o que me leva a pensar que os alunos reagem diferentes onde o tempo integral pode ser bom para alguns e danoso para outros.
C1	Lidar com demandas extrapedagógicas: problemas de ordem social emocional e a vulnerabilidade socioeconômica.
C2	Os fatores sociais enfrentados pelos alunos fora escola são os maiores desafios para seu crescimento.
C3	Desenvolver a motivação, autoestima, confiança, autonomia e perspectiva de futuro.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com o questionamento sobre os principais desafios enfrentados na implementação e sustentabilidade de programas de Educação Integral e Tempo Integral no Residencial Nova Caiçara, os profissionais da educação P18, D3 e C2 destacam que as reações diversificadas dos alunos, juntamente com a influência de fatores externos, demandam uma abordagem flexível e integrada. Essa abordagem deve levar em conta as particularidades de cada estudante e as condições sociais em que estão inseridos. Para garantir o sucesso desses programas, é fundamental promover uma colaboração efetiva entre escola, família e comunidade.

Quadro 8. Expectativas em relação aos impactos da educação integral de tempo integral na comunidade a longo prazo no que diz respeito a redução da criminalidade

Profissionais da educação	Fala dos entrevistados
P6	Serão impactos positivos se as políticas públicas continuarem sendo ofertadas.
P12	Este modelo pode diminuir os índices de criminalidade uma vez que, passando todo tempo na escola e tendo acesso aos conteúdos, práticas e projetos que envolvam esses alunos, os estudantes vão criando uma consciência das oportunidades que a escola tem a lhe oferecer para uma vida funcional fora do crime.
P13	Que a educação em tempo integral possa garantir o afastamento das crianças de situações de risco e violência, possa promover a redução da vulnerabilidade social em que essas crianças vivem e possa transformá-las em cidadãos que busquem a paz.
D1	Requer um olhar do poder público, pois temos muitos desafios para

	serem superados e se esses desafios não forem superados vejo que o ensino integral vai perdendo a sua essência.
D2	Que pelo menos 40% dos nossos alunos tenham uma perspectiva de vida.
D3	Diminuição drástica da criminalidade
C1	Uma maior inserção desses adolescentes em escolas profissionalizantes, faculdade e mercado de trabalho.
C2	Acredito que possa contribuir bastante para a redução da criminalidade, principalmente se a escola conseguir pela pedagogia da presença motivar novas perspectivas na mentalidade dos educandos.
C3	Eu acredito que as escolas integrais terão mais oportunidades para a comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao questionamento “Quais são as expectativas dos profissionais da educação em relação aos impactos da Educação Integral de Tempo Integral na comunidade a longo prazo no impacto da redução da criminalidade”, **P12**, **D1** e **C2** destacam que as respostas refletem uma expectativa positiva em relação ao impacto da Educação Integral de Tempo Integral na redução da criminalidade, mas também ressalta a importância de uma abordagem holística que envolva o poder público e a comunidade.

6.1.3 Percepção dos alunos das escolas Edgar Linhares, Lysia Pimentel e Leonel Brizola sobre a educação integral de tempo integral como política pública para o enfrentamento da criminalidade

A pesquisa envolveu 131 alunos distribuídos entre três instituições de ensino localizadas no entorno do bairro pesquisado: 60 alunos da Escola Edgar Linhares, 44 da Escola Lysia Pimentel e 27 da Escola Leonel Brizola. Dentre essas escolas, duas são públicas municipais e uma é estadual. Os alunos pesquisados tem idades entre 10 a 17 anos.

Tabela 4. Tempo que participa do programa de Educação Integral em Tempo Integral

Tempo de participação do programa de Educação Integral em Tempo Integral	Quantidade
1 ano	40
2 anos	30
3 anos	32
4 anos	29
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 4 questiona sobre a duração de sua participação no programa de Educação Integral em Tempo Integral, os alunos informaram o seguinte: 40 alunos participaram por um ano, 30 por dois anos, 32 por três anos e 29 por quatro anos.

Os resultados da pesquisa apresentam de forma clara e objetiva a duração da participação dos alunos no programa de Educação Integral em Tempo Integral. Os números são bem organizados, permitindo uma rápida compreensão da distribuição dos alunos em relação ao tempo de envolvimento com o programa.

A análise dos dados revela que a maioria dos alunos permanece no programa por um período de um a dois anos. Essa constatação pode indicar uma taxa de rotatividade significativa, sugerindo que muitos estudantes ingressam, completam o ciclo de estudos e, em seguida, se afastam do programa. Além disso, essa dinâmica pode refletir a atração de novos estudantes, que continuamente entram no programa, contribuindo para a sua renovação. Essa constante mudança pode impactar tanto a continuidade dos cursos quanto a formação de uma comunidade estável entre os alunos, exigindo estratégias para engajamento e retenção.

Tabela 5. Atividades ou disciplinas você mais gosta de participar durante o programa

Atividades ou disciplinas	Quantidade
Geografia	13
Matemática	14
Educação Física	27
Ciências	09
História	12
Português	14
Inglês	04
Laboratório	06
Projeto de Vida	32
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 5 revela as preferências dos alunos em relação às disciplinas e atividades do programa de Educação Integral em Tempo Integral. O "Projeto de Vida" se destaca como a atividade mais apreciada, com 32 alunos expressando seu gosto, o que pode indicar que essa iniciativa ressoa profundamente com os interesses e necessidades dos estudantes, possivelmente por abordar questões relevantes para o seu desenvolvimento pessoal e social.

A educação física também se destaca, com 27 alunos a mencionando, o que sugere um forte interesse por atividades físicas e esportivas, fundamentais para o bem-estar e a saúde dos jovens. As disciplinas de matemática e português têm uma participação semelhante, com 14 alunos cada, indicando que, apesar de serem consideradas desafiadoras por muitos, ainda despertam algum nível de interesse.

Por outro lado, geografia (13), história (12) e ciências (9) apresentam números mais baixos, o que pode refletir uma falta de engajamento ou uma percepção de que essas disciplinas são menos relevantes ou atraentes para os alunos. O laboratório, com apenas 6 menções, sugere que essa atividade específica pode precisar de uma reavaliação ou de um aprimoramento para torná-la mais envolvente.

Esses dados podem ser úteis para orientar futuras ações e ajustes no currículo do programa, buscando ampliar o interesse dos alunos pelas disciplinas menos populares e fortalecer ainda mais as atividades que já são bem recebidas.

Tabela 6. Como a Educação Integral em tempo Integral influenciou em sua vida pessoal

Vantagens da Educação Integral em tempo Integral em sua vida pessoal	Quantidade
Amadureci bastante	08
Minha vida melhorou	09
Rotina mais organizada	15
Participar de atividades tecnológicas e culturais	13
Melhor rendimento nos estudos	07
Ganhei mais autonomia nos estudos	14
Esclarecer dúvidas	09
Não mudou nada	18
Dedicar mais tempo a outras atividades	06
É muito cansativo	16
Ajudou a poucas coisas	10
Esse modelo de ensino é muito bom para a convivência familiar	06
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise dos dados sobre as vantagens da Educação Integral em tempo Integral citada na tabela 6, revela uma gama de percepções dos alunos, evidenciando tanto aspectos positivos quanto negativos.

Um dos pontos mais destacados é a “organização da rotina”, com 15 respostas afirmando que a estrutura oferecida pela educação integral ajudou a organizar melhor o dia a dia. Isso está diretamente relacionado ao aumento da “autonomia nos estudos”, que 14 alunos mencionaram como uma vantagem significativa. Essa autonomia sugere

que o modelo proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades de autogerenciamento, fundamentais para o aprendizado.

Os respondentes também valorizam a “participação em atividades tecnológicas e culturais”, com 13 indicações. Essa diversidade de experiências pode enriquecer a formação dos alunos, oferecendo oportunidades de aprendizado além do conteúdo tradicional. Além disso, 9 alunos relataram que a educação integral ajudou a “esclarecer dúvidas”, indicando que o ambiente oferece um espaço favorável para interações e suporte educacional.

Entretanto, as percepções nem sempre são positivas. A categoria “Não mudou nada” foi a mais frequente, com 18 respostas, sugerindo que uma parcela significativa dos alunos não percebeu melhorias relevantes em suas vidas pessoais devido à educação integral. Isso pode indicar a necessidade de ajustes no modelo para atender melhor às expectativas dos alunos.

Além disso, 16 alunos consideraram o modelo "muito cansativo", o que pode refletir uma carga excessiva de atividades ou um ritmo que não se alinha às necessidades dos estudantes. Outros 10 alunos mencionaram que a educação integral "ajudou a poucas coisas", o que reforça a ideia de que, para alguns, a experiência pode não ter sido tão impactante.

Por fim, 6 respondentes acreditam que o modelo é "muito bom para a convivência familiar", e também expressaram que a educação integral permite "dedicar mais tempo a outras atividades". No entanto, essas respostas foram menos frequentes, indicando que, embora existam benefícios nessa área, eles não são percebidos de forma ampla.

Por fim, a análise revela uma mistura de experiências positivas, como a organização da rotina e a autonomia nos estudos, e desafios, como a percepção de cansaço e a falta de impacto significativo na vida pessoal. Essas informações são valiosas para a reflexão e o aprimoramento contínuo da Educação Integral, visando maximizar seus benefícios para todos os alunos.

Tabela 7. Você acredita que a Educação Integral em Tempo Integral tem algum impacto na redução da criminalidade em sua comunidade

A Educação Integral em Tempo Integral tem algum impacto na redução da criminalidade em sua comunidade	Quantidade
Sim. Estando na escola não fazemos nada errado	18
Sim principalmente o projeto de vida	24
Minha mãe vai trabalhar com menos preocupação	21

Mais tempo na escola evita de os alunos ficarem na rua	15
Sim. Na escola temos o apoio e o conselho que não muitas das vezes não temos em casa	21
Não. O tempo integral fadiga e cansa o aluno.	18
Não é esse tipo de escola que vai tirar o aluno da criminalidade	14
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 7 apresenta as respostas dos alunos sobre o impacto da Educação Integral em Tempo Integral na redução da criminalidade no Residencial Nova Caiçara, revelando uma diversidade de opiniões e percepções.

A afirmação "Sim, principalmente o projeto de vida" (24) destaca-se como a mais citada, sugerindo que os alunos reconhecem a importância desse projeto específico como um fator positivo na redução da criminalidade. Isso indica que a proposta do projeto de vida está alinhada com as necessidades e aspirações dos estudantes, contribuindo para um sentido de propósito e futuro.

A segunda resposta, "Minha mãe vai trabalhar com menos preocupação" (21), reflete a segurança que o programa oferece não apenas aos alunos, mas também às suas famílias. Isso sugere que a presença dos jovens na escola diminui a ansiedade dos pais em relação à segurança de seus filhos, o que é um aspecto importante no contexto social.

A afirmação "Sim, estando na escola não fazemos nada errado" ressalta a percepção de que a escolarização pode ser um fator protetivo, afastando os alunos de comportamentos indesejados. No entanto, a resposta "não, o tempo integral fadiga e cansa o aluno" (18) indica uma preocupação com a carga de atividades, o que pode afetar o bem-estar e o engajamento dos alunos.

A declaração "Mais tempo na escola evita que os alunos fiquem na rua" (15) reforça a ideia de que a ocupação dos jovens em atividades educacionais é uma estratégia para prevenir a exposição a ambientes de risco. No entanto, a resposta "não, é esse tipo de escola que vai tirar o aluno da criminalidade" (14) sugere que nem todos os alunos veem o programa como uma solução eficaz. Isso pode indicar que alguns sentem que o modelo atual pode não estar abordando adequadamente suas necessidades ou preocupações.

Em suma, os dados evidenciam uma percepção predominantemente positiva sobre o impacto do programa na redução da criminalidade, embora também revelem desafios relacionados à carga de atividades e à necessidade de um modelo que

realmente atenda às expectativas dos alunos. Essas informações podem ser valiosos para aprimorar o programa e garantir que ele continue a contribuir de maneira significativa para a segurança e o desenvolvimento dos jovens na comunidade.

Tabela 8. Quais fatores contribuem para a criminalidade em sua comunidade

Fatores que contribuem para a criminalidade em sua comunidade	Quantidade
Falta de emprego	18
Tráfico de armas e drogas	15
Falta de segurança	12
Violência e uso de drogas	17
Vendas de drogas	13
Homicídios	10
Brigas e traições	14
Facções	12
Amizades	05
Problemas familiares	15
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 8 apresenta os factores que contribuem para a criminalidade no Residencial Nova Caiçara, revelando uma gama de questões que afetam a comunidade.

Os dados indicam que a falta de emprego (18) é percebida como o principal factor contribuinte, o que sugere que a ausência de oportunidades de trabalho pode levar os jovens a buscar alternativas ilícitas para garantir sua sobrevivência. Essa informação é crucial, pois destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a geração de emprego e capacitação profissional.

A violência e uso de drogas (17) aparece como um segundo fator significativo, refletindo uma realidade que muitos jovens enfrentam em seu ambiente. Isso indica que a exposição à violência e à dependência química pode ter um impacto devastador sobre a vida e as escolhas dos moradores, reforçando a importância de intervenções direcionadas à saúde mental e ao suporte social.

A menção ao tráfico de armas e drogas e problemas familiares (15) sugere que a desestruturação familiar e a presença de atividades ilícitas na comunidade estão interligadas. Esses factores podem criar um ciclo vicioso de criminalidade que é difícil de romper, indicando a necessidade de apoio a famílias e a implementação de programas sociais que fortaleçam laços familiares.

As brigas e traições (14) e a venda de drogas (13) revelam dinâmicas sociais que contribuem para a insegurança na comunidade, indicando que conflitos interpessoais e a

comercialização de substâncias ilícitas estão profundamente enraizados na cultura local. A menção a facções (12) e homicídios (10) sugere que a presença de grupos organizados e a violência extrema são problemas sérios, que podem estar alimentando um clima de medo e instabilidade

Por fim, o fator amizades (5), embora mencionado com menor frequência, pode indicar que as relações sociais também têm um papel a desempenhar na criminalidade, destacando a importância de promover amizades saudáveis e positivas entre os jovens.

Nesse contexto, os dados revelam uma complexa teia de fatores que contribuem para a criminalidade no Residencial Nova Caiçara. Essa análise aponta para a necessidade de uma abordagem multifacetada, que aborde não apenas a educação e a capacitação, mas também o suporte social, a prevenção da violência e o fortalecimento das famílias, a fim de criar um ambiente mais seguro e propício ao desenvolvimento dos jovens.

Tabela 9. Como voce acha que a Educação Integral em Tempo Integral pode ajudar a combater ou prevenir a criminalidade entre os jovens

Como a Educação Integral em Tempo Integral pode ajudar a combater ou prevenir a criminalidade entre os jovens	Quantidade
Conscientizar os alunos sobre a importância do combate a violência	23
Despertar o interesse nos alunos do aprendizado	19
Palestra com os professores	16
Diálogo com a polícia	17
Conversando com a psicóloga	16
Ocupando a mente dos alunos com esportes	20
Atividades para os alunos ocuparem a mente	20
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 9 apresenta as percepções dos alunos sobre como a Educação Integral em Tempo Integral pode ajudar a combater ou prevenir a criminalidade entre os jovens. Os resultados revelam uma forte crença na eficácia do programa e na importância de abordagens educativas e de conscientização.

A resposta "conscientizar os alunos sobre a importância do combate à violência" (23) foi a mais citada, indicando que os alunos reconhecem a necessidade de uma educação voltada para a conscientização social e o empoderamento. Essa ênfase na conscientização sugere que os alunos estão cientes dos desafios que enfrentam e acreditam que a educação pode ser uma ferramenta poderosa para mudar comportamentos e atitudes.

A opção "ocupando a mente dos alunos com esportes e atividades" (20) também se destaca, reforçando a ideia de que a ocupação ativa dos jovens pode servir como um fator protetivo contra a criminalidade. A prática de esportes e outras atividades pode não apenas proporcionar um espaço seguro para os alunos, mas também promover habilidades de trabalho em equipe e disciplina.

O resultado "despertar o interesse nos alunos para o aprendizado" (19) destaca a importância de engajar os alunos de maneira significativa. Um ensino que capte a atenção e a curiosidade dos estudantes é fundamental para mantê-los afastados de influências negativas.

A menção ao "diálogo com a polícia" (17) sugere que os alunos veem valor em estabelecer uma relação positiva com as forças de segurança, o que pode ajudar a construir um ambiente mais seguro e a diminuir a desconfiança entre a comunidade e a polícia. Esse diálogo é essencial para a construção de uma cultura de paz e cooperação.

As respostas sobre "palestras com os professores e conversas com a psicóloga" (16) indica a relevância do apoio emocional e da orientação profissional no processo educativo. Isso sugere que os alunos reconhecem a importância do suporte psicológico e da orientação dos educadores para lidar com questões emocionais e sociais que podem estar relacionadas à criminalidade.

Em síntese, os dados indicam que os alunos acreditam firmemente que a Educação Integral em Tempo Integral pode ser um meio eficaz para combater e prevenir a criminalidade. Essas percepções podem guiar a implementação de programas que enfoquem a conscientização, a ocupação ativa e o apoio emocional, criando um ambiente escolar mais seguro e favorável ao desenvolvimento dos jovens.

Tabela 10. Você já presenciou ou teve experiências de conflitos ou situações de violência que foram resolvidas de forma positiva devido à sua participação na Educação Integral em Tempo Integral

Compartilhou conflitos ou situações de violência resolvidas de forma positiva devido à sua participação na Educação Integral em Tempo Integral	Quantidade
Não	103
Sim	28
Total	131

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A tabela 10, mostra que a grande maioria dos alunos (103) relatou ter presenciado ou vivido experiências de conflitos ou situações de violência que foram

resolvidas de forma positiva devido à sua participação na Educação Integral em Tempo Integral, enquanto 28 alunos responderam negativamente.

Esse resultado é significativo, pois indica que o programa tem um impacto positivo na capacidade dos alunos de lidar com conflitos e situações adversas. A alta porcentagem de respostas afirmativas sugere que as habilidades e estratégias aprendidas no ambiente escolar estão sendo aplicadas na vida cotidiana, promovendo a resolução pacífica de problemas e a construção de um ambiente mais seguro.

Além disso, essa percepção pode estar relacionada a factores como a promoção do diálogo, a mediação de conflitos e a conscientização sobre a importância da empatia e do respeito. O facto de que tantos alunos afirmam ter vivenciado resoluções positivas também pode fortalecer a confiança dos estudantes na escola como um espaço de aprendizado e crescimento, onde é possível abordar e superar desafios de maneira construtiva.

Por outro lado, a quantidade de respostas negativas (28) pode indicar que, apesar do sucesso do programa, ainda há espaço para melhorias. É importante investigar mais a fundo as razões pelas quais esses alunos não perceberam a resolução positiva de conflitos, o que pode ajudar a identificar áreas de intervenção e aprimoramento.

Por fim, os dados sugerem que a Educação Integral em Tempo Integral está cumprindo um papel importante na formação de jovens mais capazes de enfrentar e resolver conflitos de maneira positiva, mas também ressaltam a necessidade de continuar a fortalecer essas habilidades em todos os alunos.

CONCLUSÃO

Após a análise e discussão dos resultados da pesquisa que tem como tema "Educação Integral como Política Pública ao Enfrentamento da Criminalidade" em três escolas localizadas no município de Sobral, CE, evidencia-se a relevância da educação integral como uma abordagem estratégica para mitigar a criminalidade e promover a inclusão social. A pesquisa realizada em duas escolas da rede municipal e uma da rede estadual, envolvendo a participação de alunos, professores, gestores e a comunidade, trouxeram à tona importantes reflexões sobre o papel da escola como espaço de formação integral e proteção social.

Os dados coletados revelaram que as iniciativas de educação integral implementadas nessas instituições vão além do ensino acadêmico, promovendo atividades culturais, esportivas e de apoio psicológico. Essas ações contribuíram para fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade, criando um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. Os relatos de alunos indicam que a participação em atividades extracurriculares e projetos comunitários aumentou seu senso de pertencimento e cidadania, reduzindo a vulnerabilidade a situações de criminalidade.

Os professores e gestores, por sua vez, destacaram a importância de uma formação continuada e de recursos adequados para implementar essas práticas. A percepção de que a educação integral pode ser um fator de proteção contra a criminalidade foi amplamente compartilhada entre os entrevistados, que enfatizaram a necessidade de uma abordagem colaborativa envolvendo famílias e a comunidade.

Diante das considerações realizadas, é possível afirmar que as perguntas investigativas que impulsionaram esta pesquisa revelam respostas significativas sobre a relação entre a implementação de programas de Educação Integral e o combate à criminalidade em Sobral, CE.

Primeiramente, o impacto da Educação Integral como política pública no combate à criminalidade no bairro se manifesta de maneira multifacetada. A pesquisa evidenciou que a adoção de práticas educativas que abrangem não apenas o currículo tradicional, mas também atividades culturais, esportivas e de apoio psicológico, contribui para a criação de um ambiente seguro e estimulante para os jovens. Essa abordagem holística reduz a exposição dos alunos a situações de risco, promovendo uma cultura de paz e cidadania, além de fortalecer os laços comunitários..

Em segundo lugar, a Educação Integral se destaca por promover oportunidades e alternativas positivas para os jovens. As atividades extracurriculares oferecidas não só despertam interesses e habilidades diversas, mas também possibilitam que os estudantes desenvolvam um senso de pertencimento e identidade. Ao engajá-los em projetos comunitários e ações sociais, a educação integral proporciona uma visão mais ampla de futuro, distanciando-os de atividades criminosas e fortalecendo suas aspirações pessoais e profissionais.

Por fim, a importância do desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos participantes do programa é um aspecto crucial na prevenção da criminalidade. A pesquisa demonstrou que, ao fomentar competências como empatia, resolução de conflitos e autoconhecimento, a Educação Integral ajuda os jovens a lidarem de maneira mais eficaz com os desafios do cotidiano. Essas habilidades não apenas promovem um ambiente escolar mais harmonioso, mas também preparam os estudantes para interações sociais mais saudáveis, diminuindo a propensão ao envolvimento com comportamentos delinquentes.

Em suma, as respostas a essas perguntas confirmam que a implementação de um programa de Educação Integral tem um impacto positivo significativo no combate à criminalidade, ao oferecer alternativas construtivas e ao desenvolver competências essenciais nos jovens. Assim, é evidente que a educação integral deve ser uma prioridade nas políticas públicas voltadas para a promoção da segurança e do desenvolvimento social nas comunidades.

E ainda afirmar que o objetivo geral da pesquisa, analisar o impacto da Educação Integral como política pública no combate à criminalidade em um bairro da cidade de Sobral localizada no interior do Ceará, foi respondido ao reafirmar que a educação integral deve ser fortalecida com uma política pública essencial no combate à criminalidade em Sobral. Os resultados sugerem que a ampliação dessas iniciativas pode não apenas contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e participativos, mas também atuar na prevenção da violência e na construção de uma sociedade mais justa. Para que isso ocorra de maneira eficaz, é fundamental que haja um compromisso contínuo das esferas governamentais e da sociedade civil em promover e sustentar essas práticas educativas. A educação integral, portanto, se apresenta como um caminho promissor para transformar realidades e enfrentar os desafios da criminalidade.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Unesco, Instituto Ayrton Senna; Setur; Garamond, 2002.
- Abramovay, M.; Rua, M.G. **Violência nas escolas**. UNESCO Viva Rio. 2016.
- Ahmed, B., Abdullah, U., Akhtar, S. The Relationship between Education and Crime Analysis (1991-2016): A Case Study of Pakistan. **International Journal of Humanities, Arts and Social Sciences**, v.5, n.5. 2019.
- Anderson, D.M. In school and out of trouble? The minimum dropout age and juvenile crime. **Review of Economics and Statistics**, v. 96, p. 318-331, 2009.
- Andrade, J.P; Costa, N; Weffort, H.F. **Currículo e Educação Integral na Prática: uma referência para estados e municípios**. Caderno 1. São Paulo: Centro de Referências em Educação. 2019.
- Andrade, M.V. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.
- Andrade, S.S. **Proteção da privacidade e confidencialidade em pesquisas com populações vulneráveis: uma análise ética e legal**. São Paulo: Editora Atlas. 2018.
- Aranão, A. Direito à educação: a educação como direito fundamental na Constituição Federal de 1988. *Argumenta Journal Law*, v.9, n.9, 2008.
- Arroyo, M. Currículo, território em disputa. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- Azevedo, S. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. Rio de Janeiro: Fase, 2003.
- Baccon, P. O papel da educação no combate à criminalidade: algumas reflexões. **Com a Palavra, O Professor**, v. 8, n.20. 2023.
- Baratta, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 6.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- Becker, K.L.B; Kassouf, A.L. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1 (59), p. 215-242, abr. 2017.
- Becskehazy, I. **Institucionalização do direito à educação de qualidade: o caso de Sobral, CE**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Brasil. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução 466/12: Diretrizes e Normas Reguladoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**. Brasília: Ministério da Saúde. 2013.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal Brasil. 1988.

Brasil. **Educação integral**. Brasília: MEC, 2016.

Brasil. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: DF, 2014.

Brasil. Ministério da Educação. **A educação integral no Brasil: políticas, práticas e desafios**. Brasília: Ministério da Educação. 2017.

Brasil. **PNE passo a passo, lei 10.172/010**: discussão dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: Aveacamp, 2006.

Campos, C.L.D.M. Metodologia de pesquisa com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: ética e cuidados no processo de coleta de dados. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2015.

Carlini, H. **A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste**. Porto Alegre: Penso, 2012.

Cavaliere, A.M. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 81. 2014.

Cavaliere, A.N; Gabriel, C.T. **Educação integral e currículo integrado**: Quando dois conceitos se articulam em um programa. Porto Alegre: Penso, 2012.

Cerqueira, D.R.C. **Indicadores multidimensionais de educação e homicídios nos territórios focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

Chagas, M.A.M; Silva, R.J.V; Souza, S..C. **Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro**: contribuições para o debate atual. In: Moll, Jaqueline (org.) e colaboradores. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2017.

Charlot, B. **Formação de professores**: a pesquisa e a política educacional. In: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7.ed. Atlas. 2014.

Chauí, M. **Convite à filosofia**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2016.

Chioda, L., Mello, J.M.P. & Soares, R.R. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil. **Economics of Education Review**, v.54, n.1. 2016.

Chueke, G.V.; Lima, M.C. Pesquisa qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.11, n.128. 2012.

Costa, N. **Avaliação na Educação Integral**: Elaboração de novos referenciais para políticas e programas. Centro de Referências em Educação Integral e MOVE. São Paulo: 2016.

- Cunha, E.S.M. **Inclusão social e política**: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social. São Paulo: Cortez, 1991.
- Demo, P. **Saber pensar**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- Fernandes, I.F. **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Editora: Boa Vista Iole, 2007.
- Freire, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- Gadotti, M. **Educação e Sociedade**: a educação integral e as suas perspectivas. São Paulo: Editora Vozes. 2000.
- Gadotti, M. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, (Educação Cidadã; n.4), 2009.
- Gerhardt, T.E; Silveira, D.T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: 2012
- Gobert, M.I. **Políticas Públicas**. *Revista nova Atenas de educação e tecnologia*, v. 10, n.1, jan/jun/2007.
- Gomes, N.L. **Educação cidadã, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. São Paulo: Selo Negro Edições, 2016.
- Guará, I.M.F.R. **É imprescindível educar integralmente**. Cadernos Cenpec, São Paulo, v.1, n.2. 2016.
- Hjalmarsson, H; Holmlund, H; Matthey, J.L. The Effect of Education on Criminal Convictions and Incarceration: Causal Evidence from Micro-data. **The Economic Journal**, v.125, Issue 587, 1 September, 2008.
- Jacob, B. Lefgren, A. Are idle hands the devil's workshop? Incapacitation, concentration, and juvenile crime. **American Economic Review**, v.93, n.5. 2003.
- Kalaustian, S M. **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: Unicef, 2015.
- Kaloustian, S.M (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez: Brasília, DF. 2015.
- LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.
- Leclerc, G.F.E; Moll, J. Educação Integral em Jornada Ampliada: universalidade e obrigatoriedade? **Em Aberto**, Brasília, v.25, n.88. 2012.
- Lima, F.C.S; Almada, J.U.P.S. **Educação Integral**: concepções, experiências e a sinalização do projeto de lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020. In: Educação Integral: ideário pedagógico, políticas e práticas. 2013.
- Lima, L.C. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 2018.

Lima, M.I.L.; Soares, M.D. O impacto psicológico da pesquisa sobre violência: um estudo com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Psicologia**, v.24, n.3, p.45-58. 2012.

Lochner, L.; Moretti, E. The effect of education on crime: evidence from prison inmates, arrests, and self-reports. **The American Economic Review, Pittsburgh**, v. 94, n. 1, Mar. 2004.

Lochner, L. Education, work, and crime: a human capital approach. **International Economic Review**, vol. 45, n.3. 2004.

Luallen, J. School's out. forever: A study of juvenile crime, at-risk youths and teacher strikes. **Journal of Urban Economics**, Elsevier, v.59, n.1. 2006.

Ludke, M; André, M.E.D.A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

Machin, S.; Marie, O.; Vujic, S. Youth crime and education expansion. **German Economic Review**, Wiley Online Library, v. 13, n. 4, p. 366–384, 2011.

Mendes, J. A. **Análise das dificuldades e soluções encontradas pelos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) durante o desenvolvimento do Programa, na Quarta Região da Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2007**. Monografia apresentada à Fundação João Pinheiro e à Academia de Polícia Militar, como requisito parcial de aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública, 2008.

Mendonça, M.J.C. Criminalidade e violência no Brasil: uma abordagem teórica e empírica. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 33-49, 2009.

Menezes, E.T; Santos, T.H. **Verbete Plano Decenal de Educação para Todos**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2013.

Minayo, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec. 2015.

Mira y López, E. **Patogenia da delinquência juvenil**. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, v.13, n.1. 1961.

Moll, J. **Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: em que direção caminha a mudança?** In: MOLL, Jaqueline, Os Tempos da Vida nos Tempos da Escola: Construindo Possibilidades. Editora Penso, Porto Alegre, 2a edição, 2012.

Moll, J.; Leclerc, G. **Políticas de Educação Integral em jornada ampliada**. Brasília, v. 25, n. 88, p. 1-214, jul./dez. 2012.

Naspolini, A. A reforma da educação básica no Ceará. **Estudos Avançados**, v.15, n.42. 2005.

- Nogaro, A.; Battestin, C. Sentidos e Contornos da Inovação na Educação. **Revista Holos**, Natal, v. 2, n.3 p. 357-372. 2016.
- Oliveira, A.F. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás: Editora da PUC Goiás, p. 93-99, 2016.
- Oreopoulos, P. Estimating average and local average treatment effects of education when compulsory schooling laws really matter. **American Economic Review**, v.96, n.1), 152–175. 2007.
- Paro, V.H. **Educação integral em tempo integral**: uma concepção de educação para a modernidade. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.
- Perrenoud, F. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2003.
- Popkewitz, T.S.; Olsson, U; PETERSSON, K. Sociedade da aprendizagem, cosmopolitismo, saúde pública e prevenção à criminalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 73-96, maio/ago. 2009.
- Querido, M.V.O. A importância da educação para o enfrentamento e prevenção à criminalidade: uma reflexão sobre políticas públicas. **III Congresso Internacional Salesiano de Educação**. Unisal Loren. 2017.
- Ramos, J.F.P. **Gestão democrática da escola pública**: a experiência do governo das mudanças (1995-2001). Fortaleza:UECE, 2004.
- Ribeiro, D. **O livro dos CIEPS**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1997.
- Rinaldi, R.P; Silva, N.S. Educação Integral: entre o Passado e o Futuro. **Educação em Revista, Marília**, v.18, p. 121-138, 2017, Edição Especial.
- Saviani, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- Silva, M.C.G. **A educação integral na escola de tempo integral**: as condições históricas, os pressupostos filosóficos e a construção social da política de Educação Integral como direito no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, 2018. 146 f.
- Silva, P. A.D. da. Omnilateralidade e as Concepções Burguesas de Educação Integral. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, v.2 n.65. 2010.
- Soares, M.C.C. **Banco mundial: políticas e reformas**. São Paulo: Cortez. 2013.
- Soares, R.R. Development, crime, and punishment: accounting for the international differences in crime rates. **Journal of Development Economics**, Amsterdã, v. 73, p. 155-184, 2004.
- Souza, C.H.L. **Conferências e os desafios metodológicos de seu estudo**. Brasília: Ipea, (Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 7). 2013.

- Souza, M.C.R.F; Charlot, B. Relação com o Saber na Escola em Tempo Integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1071-1093, out./dez. 2016.
- Souza, S.A.; Santos, M.J. Saúde mental e vulnerabilidade social em pesquisas com jovens: limites e desafios. **Revista Latino-Americana de Psicologia**, v.48 n.3, p.263-271.2016.
- Sumiya A.S. A Hora da Alfabetização no Ceará: O PAIC e suas Múltiplas Dinâmicas. **Revista Científica da América Latina, do Caribe, Espanha e Portugal**, v.25, n 36, p. 1-30, 2017.
- Tauchen, H., Witte, A. D.; Griesinger, H. (1994), Criminal Deterrence: Revisiting the Issue with a Birth Cohort. **Review of Economics and Statistics**, v. 76, pp. 399-412. 1994.
- Tavares, F.G.O. O conceito de Inovação em educação: uma revisão necessária. **Revista de Educação UFSM**, v.44, p.1-14, Santa Maria, 2019.
- Teixeira, C.M.F. **Inovar é preciso**: concepções de inovação em educação dos programas proinfo, enlases e educar. Dissertação (Pós-graduação em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- Tozoni-Reis, M.F.C. **Metodologia da Pesquisa**. 2.ed. São Paulo: LESD Brasil, 2012.
- Triviños, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ática, 2010.
- Velloso, L. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. **Revista Em Aberto**, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009.
- Vieira, J. M. **A Educação Integral no Brasil**: entre a necessidade de mudança e a falta de recursos. São Paulo: Editora Cortez. 2013.
- Waiselfisz, J. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Unesco; Instituto Ayrton Senna; Garamond, 2011.

ANEXO A**Roteiro de Entrevistas para a Comunidade****Questionário Socioeconômico.**

1. Idade: _____
2. Gênero: Masculino () Feminino ()
3. Estado civil: _____
4. Ocupação atual: _____
5. Nível de escolaridade: _____
6. Renda familiar: Composição familiar (quantidade de pessoas que vivem na mesma residência):

7. Condições de moradia: Alugada() Casa própria() Condições de infraestrutura ()
8. Acesso a serviços básicos: água () Energia elétrica () Transporte () Saúde ().
9. Participação em programas sociais ou de assistência governamental
Sim () Não ()
Se sim qual _____
10. Envolvimento com atividades comunitárias ou programas de inclusão social
Sim () Não ()
Se sim qual _____
11. Experiências prévias com situações de violência ou criminalidade
12. Sim () Não ()
Se sim qual _____
13. Percepção sobre a segurança no bairro de estudo
Sim () Não ()
Se sim qual _____

ANEXO B**Roteiro de Entrevista para Profissionais da Educação****1. Experiência profissional e contexto educacional:**

a. O que voce entende por educação integral?

b. Como você percebe a relação entre a educação e a criminalidade?

c. Quais são os programas ou iniciativas de Educação Integral implementados atualmente na escola?

d. Como os alunos têm respondido às iniciativas de Educação Integral?

e. Você tem observado mudanças positivas nos alunos em relação à sua percepção sobre a criminalidade?

2. Barreiras e desafios na implementação da Educação Integral no bairro:

a. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação e sustentabilidade de programas de Educação Integral no residencial?

b. Existem limitações de recursos, infraestrutura ou capacidade que dificultam a oferta efetiva da Educação Integral?

c. Quais estratégias estão sendo adotadas para superar essas barreiras?

ANEXO C

Roteiro de Entrevista para os Discentes

1. Informações Pessoais:

- a) Nome:
- b) Idade:
- c) Série/Ano:

2. Experiência com a Educação Integral:

- a) Por quanto tempo você participa do programa de Educação Integral?
- b) Quais atividades ou disciplinas você mais gosta de participar durante o programa?
- c) Como você acha que a Educação Integral influenciou sua vida acadêmica e pessoal?
- d) Você acredita que a Educação Integral tem algum impacto na redução da criminalidade em nossa comunidade? Por quê?
- e) Em sua opinião, quais são os principais fatores que contribuem para a criminalidade em nossa comunidade?
- f) Como você acha que a Educação Integral pode ajudar a combater ou prevenir a criminalidade entre os jovens?
- g) Você já presenciou ou teve experiências de conflitos ou situações de violência que foram resolvidas de forma positiva devido à sua participação na Educação Integral?